



Anais do Museu Paulista

ISSN: 0101-4714

mp@edu.usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

Ribeiro Mendes, Felipe Landim

Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista

Anais do Museu Paulista, vol. 25, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 301-357

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27351198014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista¹

Felipe Landim Ribeiro Mendes²

RESUMO: A Fazenda Ibicaba, propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ao longo do século XIX, foi objeto de estudos que enfocaram a experiência com o sistema de parceria que ela abrigou. Este artigo pretende visitar Ibicaba por meio de novas lentes de observação. Em um primeiro momento, buscar-se-á inserir a fazenda de Vergueiro no contexto de mudança pela qual a Economia-mundo passava nas primeiras décadas do Oitocentos para, em seguida, salientar a importância que a dimensão espacial da realidade cumpria nesse contexto histórico. Nos dois subitens seguintes, que constituem o núcleo do artigo, analisam-se os protocolos – sobretudo espaciais – de controle da mão de obra utilizados pelos Vergueiros, com vistas à máxima extração de trabalho de escravos e colonos, bem como as estratégias de que cativos e imigrantes lançaram mão para escapar dessa vigilância. Faz-se, ao fim, uma breve recapitulação dos principais pontos expostos e algumas considerações sobre as tensões que emergiram em Ibicaba durante o período estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Trabalho Livre. Espaço. Ibicaba.

ABSTRACT: Ibicaba Farm, property of Senator Nicolau Pereira de Campos Vergueiro during the 19th century, was the subject of studies that focused on the experience with the sharecropping system. This article intends to undertake a revisit to Ibicaba through new lenses of observation. At first, it tries to insert Vergueiro's farm in the context of the changing World-economy of the first decades of the nineteenth century, and then highlight the importance of the spatial dimension of reality in this historical context. In the following two subitems, which constitute the core of the article, an analysis is made of the protocols - especially spatial - of control of the workers, used by the Vergueiros in order to extract the maximum of labor from slaves and sharecroppers, as well as the strategies that captives and immigrants used to escape from this surveillance. Finally, a brief recapitulation of the main points exposed and some considerations about the tensions that emerged in Ibicaba during the studied period are made.

KEYWORDS: Slavery. Free Labor. Space. Ibicaba.

1. Este artigo é uma versão reformulada de pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Agradeço a José Eduardo Heflinger Junior, Leila Florence e Theodoro Carvalhas, que gentilmente me cederam imagens de suas coleções privadas, e especialmente a Rafael Marquesse, pela orientação da pesquisa que deu origem a este texto.

2. Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: <felipelan@gmail.com>.

3. Lago (2014) traz um longo comentário sobre os trabalhos produzidos entre 1978 e 2014 que trataram da economia da escravidão nos períodos colonial e imperial e da transição para o regime de trabalho livre. Destaco, no posfácio dessa obra, o item “A economia da escravidão e a transição para o trabalho livre, com especial referência à região Cafeeira e ao sul do Brasil”.

4. Davatz (1980).

5. Witter (1974). Além da Revista de História, a dissertação de Witter foi também publicada na Coleção Monografias das Edições do Arquivo do Estado de São Paulo com o título “Ibicaba, uma experiência pioneira” (1982) e na Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, como “A Revolta dos Parceiros” (1986).

6. O texto foi publicado em uma coletânea que agrupou as conferências proferidas no congresso. Witter (1996, p. 131-144).

“O espaço que, girando e fugindo, se roça de permeio entre ele e seu lugar de origem, revela forças que geralmente se julgam privilégio do tempo; produz de hora em hora novas metamorfoses íntimas, muito parecidas com aquelas que o tempo origina, mas em certo sentido mais intensas ainda. Tal qual o tempo, o espaço gera o olvido; porém o faz desligando o indivíduo das suas relações e pondo-o em estado livre, primitivo; chega até mesmo a transformar, num só golpe, um pedante ou um burguesote numa espécie de vagabundo. Dizem que o tempo é como o rio Letes; mas também o ar de paragens longínquas representa uma poção semelhante, e seu efeito, conquanto menos radical, não deixa de ser mais rápido.”

Thomas Mann, *A Montanha Mágica*, p. 8

Introdução

A transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil, em particular no sudeste do país, foi tema de inúmeros trabalhos acadêmicos que perpassaram desde o recrudescimento das revoltas escravas na década de 1880 e o movimento abolicionista até a completa reconfiguração do mercado global de *commodities* e os impactos sobre os regimes de trabalho empregados em sua produção.³ Nesse quadro, o estudo de caso que José Sebastião Witter empreendeu sobre a Fazenda Ibicaba merece aqui especial atenção.

Orientado por Sérgio Buarque de Holanda – que traduziria e escreveria um longo prefácio às célebres *Memórias de um colono no Brasil*, de Thomas Davatz,⁴ alguns anos depois –, Witter estudou pormenorizadamente, entre 1964 e 1967, os livros de contas da famosa fazenda-modelo do Senador Vergueiro, que traziam informações até então inéditas sobre o modelo de gestão do trabalho de colonos livres – novidade no meio rural paulista na época. A pesquisa foi defendida como dissertação de mestrado em 1968 e publicada na Revista de História da Universidade de São Paulo sob o título *Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX*.⁵ Vinte e cinco anos mais tarde, durante o I Congresso Brasileiro de História Econômica, Witter retomou as formulações constantes em sua dissertação ao longo da conferência que proferiu no evento, intitulada *Ibicaba revisitada*.⁶

Em que pese a importância da retomada de seu elucidativo estudo de caso para o restabelecimento do tema da transição da escravidão para o trabalho livre na agenda de pesquisa em História, José Sebastião Witter não trouxe uma interpretação revigorada ou substancialmente nova para os problemas que colocou em sua pesquisa da década de 1960. Não se pode alegar, porém, ausência de relevância ou de fontes. A experiência da Fazenda Ibicaba seguiu sendo um importante marco na história das relações de trabalho, do movimento imigratório e das tensões inerentes ao processo de transição de mão de obra no Brasil.

Quando comparada a outras fazendas do período, impressiona a quantidade de fontes primárias ainda preservadas que versam sobre Ibicaba – como fotografias, desenhos, relatos de viajantes, jornais etc. – e que se somam à possibilidade de observação dos exemplares arquitetônicos ainda de pé, como tulhas e frações da senzala, em sua sede em Cordeirópolis.

Este artigo pretende, portanto, empreender outra revisita à Fazenda Ibicaba, mas por novas lentes. Em um primeiro momento, busca-se situar a propriedade de Nicolau Vergueiro no quadro de transformações pelas quais a Economia-mundo passou ao longo do século XIX e que tiveram impacto direto na organização da agricultura e no mundo do trabalho brasileiros. Em seguida, apresenta-se brevemente o instrumental metodológico mobilizado, baseado na concepção do espaço como dimensão fundamental da realidade. Nos subitens “Escravos: traficar, confinar e punir” e “Colonos: contratar, vigiar e reprimir”, que constituem o núcleo do artigo, são analisadas as relações estabelecidas entre senhores, escravos e colonos, com foco nas táticas senhoriais de vigilância e controle dos trabalhadores e nas estratégias destes últimos para escaparem a tal cerco. Por fim, nas considerações finais, recapitula-se brevemente os principais argumentos do texto, a fim de salientar os pontos que, crê-se, podem ser úteis ao estudo das relações de trabalho no Brasil.

Economia-mundo, Segunda Escravidão e o Oeste Paulista

Em 1772, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, enviou uma carta ao marquês de Lavradio a respeito da capitania de São Paulo: “Eu achei esta capitania morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo”.⁷ Com efeito, sete anos antes, o secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros do rei Dom José I de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, enviara o Morgado de Mateus para restaurar a capitania de São Paulo, sob a jurisdição do governo do Rio de Janeiro desde 1748, e animar a atividade agrícola da região. À época, São Paulo não passava de uma área marginal da América portuguesa, de parca população, voltada à subsistência, ao apresamento de indígenas e à produção de açúcar e aguardente em pequenas engenhocas.⁸

Cento e treze anos mais tarde, dois anos antes de a escravidão ser declarada extinta no Império do Brasil, a província paulista era responsável pela segunda maior produção cafeeira do país, com 12.371.613 arrobas de grãos, e possuía uma população estimada em cerca de um 1.200.000 habitantes.⁹ A transformação pela qual a capitania, e depois província, de São Paulo passou nesse período de pouco mais de um século não se explica, contudo, apenas pela análise dos fatores locais. As redes nas quais o desenvolvimento econômico de São Paulo se inseriu ao longo do século XIX faziam parte de um espaço bem mais amplo.

A relação entre centro e periferia da Economia-mundo de fins do século XVIII era ainda marcada pela dominação colonial e restrições de mercado. As

7. Mendes (2008, p. 14).

8. A marginalidade de São Paulo em relação aos centros econômicos da Colônia no século XVIII foi salientada por diversos autores, dentre eles Caio Prado Jr. (1983). Um trabalho que busca salientar o fluxo comercial em São Paulo – mas que não chega a negar a posição desfavorável da capitania no período – é o de Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010).

9. Carvalho (2007). Para o período compreendido entre 1880-1 e 1882-3, o café paulista exportado pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos respondia por 34,8% do volume de exportação do artigo, ante aos 40,7% de café fluminense escoado pelo porto do Rio de Janeiro. Os números referentes aos anos fiscais de 1888-9 a 1890-1 mostram, contudo, a ultrapassagem da produção paulista frente à fluminense, já que esta correspondeu a 24% de todo o café exportado, enquanto o número de sacas produzidas em território paulista e exportadas por ambos os portos alcançou 48,9% do total do café vendido para o mercado externo no período. As informações podem ser conferidas em Lago (2014, p. 248).

10. Braudel (2009); Arrighi (1996); Wallerstein (1974); Tomich (2001).

11. Hobsbawm (2000); Mauro (1973).

12. Marquese; Tomich (2009).

13. Tomich (2011). O artigo sobre a “Segunda Escravidão” foi revisado e incluído na reunião de trabalhos de Tomich que compõe o livro *Through the Prism of Slavery* (2004). Utilizo aqui a tradução para o português, publicada em 2011 pela Edusp.

nações europeias, valendo-se do domínio político que exerciam sobre as zonas de produção tropical das Américas, monopolizavam, por um lado, a aquisição das *commodities* produzidas nessas áreas e, por outro, garantiam o mercado consumidor de seus artigos manufaturados. Essa prática mercantilista, se por um lado acirrava as disputas entre os impérios coloniais europeus, por outro impedia a livre concorrência entre as mercadorias produzidas em espaços periféricos do globo. Esse quadro político-econômico, que vigorou plenamente ao longo do século XVIII, começou a ruir a partir da era das revoluções no espaço atlântico e da reorganização da economia mundial oitocentista sobre novas bases e sob nova hegemonia.¹⁰

A bibliografia sobre as causas da Revolução Industrial é deveras vasta e multifacetada para ser retomada e explorada neste artigo. Contudo, o crescimento demográfico, associado ao florescente processo de industrialização e urbanização dos países do noroeste europeu e da região nordeste dos EUA, demandou um volume até então inaudito de bens agrícolas, seja para sua utilização como matéria-prima da crescente indústria, seja para alimentar a população que se aglomerava nas grandes cidades.¹¹

No bojo dessas mudanças, o algodão foi alçado à posição de destaque no quadro de comércio de *commodities*, enquanto açúcar e café – produtos de antigo relevo no mercado mundial – tiveram sua proeminência aumentada com a expansão do consumo de massa. Após o fechamento do tráfico de escravos entre a África e o Caribe inglês em 1807 e a revolução escrava de *Saint Domingue* – até então a maior produtora mundial de açúcar e café –, Brasil, Cuba e EUA competiram pela ocupação do vácuo deixado pela brusca queda na produção de artigos tropicais nas Antilhas. Os *planters* do Sul dos Estados Unidos rapidamente expandiram sua produção algodoeira a fim de atender o mercado nortista interno e as indústrias têxteis inglesas, relegando a um segundo plano os produtores de algodão do norte do Brasil, sobretudo do Maranhão. Já no tocante à cultura açucareira, a especialização cubana na produção fez com que as áreas brasileiras que cultivavam o produto se retirassem do mercado ou perdessem a relevância que tiveram em tempos anteriores, como Pernambuco e Bahia, além das zonas de cultivo mais recente, como a do Quadrilátero do Açúcar paulista. Em contrapartida, os fazendeiros das áreas de vale do Rio Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, aproveitaram condições vantajosas para avançarem com seus cafezais e praticamente alijarem os cubanos da competição pelo mercado de café. Assim, ainda no primeiro quartel do século XIX, as áreas produtoras de cada um dos artigos já estavam bem definidas, assim como o modelo de trabalho empregado em todas elas: a escravidão negra.¹²

Em texto de 1988, Dale Tomich cunhou o termo *Segunda Escravidão* para se referir ao vigor que a instituição retomou no século XIX, a despeito de este período ter sido considerado o século da emancipação.¹³ Tomich observou perspicazmente que o mesmo movimento de avanço industrial em regiões como o noroeste europeu – sobretudo a Inglaterra – e o nordeste dos EUA que concorreu

para o fim da escravidão em vasta área caribenha atuou, simultaneamente, na reabilitação do cativo negro no sul dos EUA, na ilha de Cuba e no sudeste brasileiro. Por essa perspectiva, a escravidão oitocentista nessas áreas não pode ser vista como simples continuidade da instituição existente desde o século XVI nas Américas, mas sim como uma espécie de refundição, articulada ao mundo industrial que se formava em outras regiões do globo e, desse modo, respondendo às suas demandas de maior eficiência e escala produtiva. As *plantations* de café brasileiras de inícios do Oitocentos foram, portanto, organizadas sobre esse revigorado cativo humano, tão cruel quanto eficiente a seus propósitos.

O tráfico de escravos entre o porto do Rio de Janeiro e a costa africana esteve na base da montagem da cultura cafeeira no Brasil do século XIX. Afora a robusta conexão bilateral entre o porto do Rio e os portos da África Central, caudatária do período da mineração, a abertura dos portos decretada por Dom João em 1808 avolumou ainda mais a importação de cativos africanos destinados ao trabalho nas recém-implantadas *plantations* de café. A estrutura montada no momento de pico da extração aurífera auxiliou a expansão do café pelo Vale do Paraíba também em outros aspectos, como o pronto sistema de transporte marítimo, de comprovada eficiência na superação das áreas acidentadas, como a escarpa do mar e as vastas áreas de terras virgens disponíveis ao avanço das plantações “entre a serra da Mantiqueira e os contrafortes da serra do Mar”, poupadas no século XVIII pela política oficial de “zonas proibidas” da Coroa.¹⁴

Munidos das condições internas descritas acima e respondendo prontamente às sinalizações de preços do mercado mundial, os fazendeiros fluminenses avançaram com a cultura do café ao longo do vale do Rio Paraíba do Sul, de modo que os arbustos não se restringiram à província do Rio de Janeiro, invadindo o Vale do Paraíba paulista, em cidades como Bananal e Areias.¹⁵ O cultivo, porém, não se ateve apenas ao norte de São Paulo e, seguindo o “perfil itinerante” com o qual Barros de Castro caracterizou o granjeio do café, avançou em sentido oeste:

O café foi, entre nós, uma ‘cultura itinerante’. Na expansão como na crise, devemos analisá-la como uma atividade em movimento. Dada esta característica, a lavoura em expansão compreendia: uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; uma região decadente, onde a cultura se encontra em regressão.¹⁶

É na chave da marcha em direção a novas terras que se pode compreender a penetração da cultura cafeeira pelo território paulista na primeira metade do século XIX. Como visto, ainda no terceiro quartel do século XVIII, São Paulo não produzia nenhum artigo de exportação, e sua população vivia do pequeno comércio local, da produção de subsistência e da redistribuição do gado bovino que chegava do sul para o restante da colônia. No bojo do reformismo ilustrado português, Sebastião José de Carvalho e Melo, por intermédio de Morgado de Mateus, procurou fomentar a agricultura de exportação da capitania,

14. Marquese; Tomich (2009, p. 353).

15. Para uma análise mais detida sobre a itinerância do café na Província de São Paulo, ver o trabalho de José Flávio Motta (2012), especialmente o capítulo 1, “A expansão cafeeira paulista”.

16. Castro (1971, p. 61).

17. Sobre a posição desvantajosa da capitania de São Paulo no século XVIII, ver o texto clássico de Alice Canabrava (1972); sobre o início da produção açucareira na região paulista, ver Maria Thereza Schorer Petrone (1968).

18. Petrone (1968, p. 41 e 46).

19. Marquese (2013).

20. Costa (2010, p. 65). Klein & Luna, ao analisarem o período transitório entre as culturas canavieira e cafeeira em São Paulo pré-1850, ressaltaram a concomitância dos dois cultivos no processo de conversão. Ver Herbert Klein; Francisco Vidal Luna (2005). Para um exemplo de propriedade que apostou no açúcar em meio a uma área majoritariamente cafeeira em fins do século XIX. De Melo (2012).

21. Forjaz (1924, p. 19-24).

com vistas a reorganizar a economia da região e impedir o avanço do domínio espanhol nas possessões portuguesas.¹⁷

Durante o governo de Morgado de Mateus (1765-1775), o cultivo da cana-de-açúcar foi incentivado e ocupou ampla área do centro-oeste da província, denominada posteriormente *Quadrilátero do Açúcar* e formada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, de modo que em 1797 – momento de desorganização da produção em *Saint Domingue*, em meio à revolta escrava –, a capitania exportou 83.435 arrobas do adoçante. Quase 40 anos mais tarde, já nos marcos do Estado nacional, São Paulo atingiria seu apogeu na produção açucareira: em 1836, os 93 engenhos registrados na província produziram 158.447 arrobas de açúcar, quase o dobro da produção de 1797.¹⁸

Apesar do rápido desenvolvimento da cultura canavieira em pouco mais de meio século, a produção paulista não foi capaz de competir com os modernos engenhos que se espalhavam pelo ocidente da ilha de Cuba.¹⁹ A solução encontrada pelos fazendeiros foi, em um primeiro momento, articular a produção de cana-de-açúcar à de café na mesma propriedade e, posteriormente, empreender a substituição daquela por esta. Esse foi o caso de diversas fazendas do Oeste Paulista, situadas em cidades circunscritas ao – e até além do – Quadrilátero do Açúcar. “[Em meados do século XIX,] Limeira, Rio Claro, Mogi-Mirim e Jundiaí, embora cultivassem café, eram ainda predominantemente açucareiras, enquanto Itu, Capivari e Porto Feliz o eram de maneira quase exclusiva.”²⁰

Ibicaba: uma fazenda-modelo

A história da fazenda de Ibicaba, propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e situada na região de Limeira, se insere no processo de expansão da cultura cafeeira pela Província de São Paulo. Natural de Val da Porca, Portugal, Vergueiro mudou-se para o Brasil em 1803, com 25 anos, e rapidamente adentrou os círculos políticos e econômicos mais importantes de São Paulo. Já em 1804, casou-se com Maria Angelica de Vasconcellos, filha do Capitão José de Andrade e Vasconcellos, e exerceu a advocacia e cargos administrativos na capital da Província até 1816. Paralelamente, Vergueiro associou-se a seu sogro para adquirir uma sesmaria de duas léguas em quadra em Piracicaba, onde fundou o Engenho do Limoeiro, em 1807. Sete anos mais tarde, adquiriu nova sesmaria em parceria com seu sogro, dessa vez, nos campos de Araraquara, com dimensões três léguas de testada e uma de fundo, chamada Monjolinho e destinada à criação de gado. Algum tempo depois, tornou-se proprietário único das duas sesmarias. Juntas, somavam um capital de 6:702\$000 mil-réis apenas em valor fundiário, excluindo-se escravos, gado, maquinário etc.²¹

É importante observar a trajetória percorrida por Nicolau Vergueiro até que se tornasse um dos fazendeiros mais ricos de São Paulo e pudesse empreender

A sesmaria do Morro Azul, concedida a três sesmeiros no ano de 1817, teve frações arrematadas por Nicolau Vergueiro após medição e demarcação em 1817 e 1818:

Exatamente nas partes que lhe couberam na sesmaria do Morro Azul Vergueiro implantou o Engenho de Ibicaba, destinado à produção de açúcar e aguardente, e incorporou essa posse à sociedade com o Brigadeiro Luiz Antonio de Sousa. Com a morte do sócio, em 1819, e a divisão das terras entre os herdeiros, Vergueiro passou novamente a ser proprietário único da área, amealhando, ao fim da dissolução da sociedade, 15:631\$831 mil-réis em terras.

24. Forjaz (1924, p. 106). Não consta na publicação a data de confecção do mapa, mas Forjaz diz que é de autoria do próprio Nicolau Vergueiro, o que o faz ser anterior a 1859, ano da morte do senador.

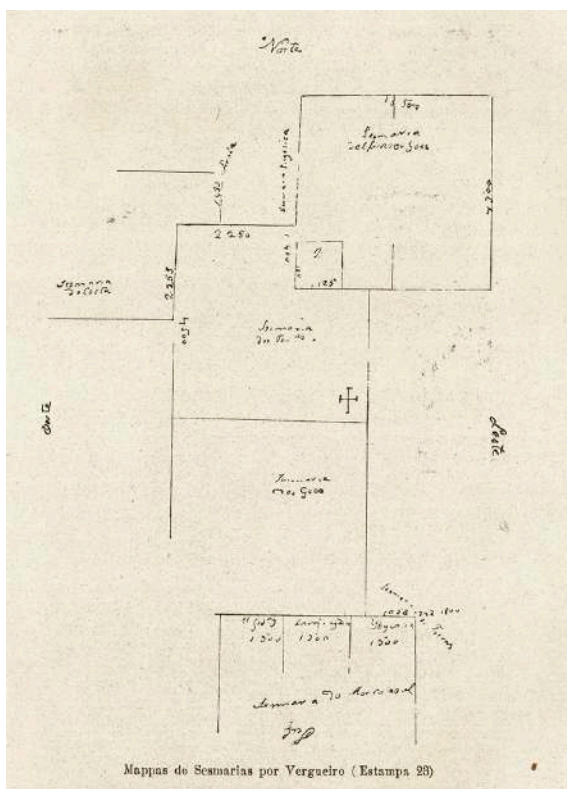


Figura 1 – Mapa de sesmarias por Nicolau Verqueiro.²⁴

25. *Listas Nominativas/Maços de população – Piracicaba (1820-1828)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Microfilme nº 07.04.163.

26. Sobre o desenvolvimento da cultura da cana em São Paulo durante os séculos XVIII e XIX, ver Maria Thereza Schorer Petrone (1968).

27. Nicolau Vergueiro possuía 76 escravos em 1828, segundo a lista nominativa do mesmo ano. *Listas Nominativas/Maços de população – Piracicaba (1820-1828)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Microfilme nº 07.04.163.

28. Marquese; Tomich (2009, p. 357).

29. Todas as informações referentes às dimensões da fazenda até este momento foram retiradas de Djalma Forjaz (1924).

30. Rosada; Benincasa; Borlucci (s.d., p. 4).

31. O francês Hercules Florence participou como 2º desenhista da expedição Langsdorff entre 1826 e 1829. Ao regressar da expedição, casou-se com Maria Angelica de Vasconcellos na Vila de São Carlos (atual Campinas), onde empreendeu experiência com colonos em sua fazenda Soledade, mantendo vínculo próximo com o Senador Vergueiro. Ver Boris Kossoy (2006); Hercules Florence (1948).

A imagem acima (Figura 1) traz, ao sul, a sesmaria do Morro Azul e suas divisões, ficando o engenho de Ibicaba a nordeste, colado à fazenda Laranja Azeda, futuramente Santa Gertrudes. A sesmaria possuía grandes dimensões — uma légua e meia em quadra — e deu origem às quatro importantes fazendas: Paraguassú, Morro Azul, Laranja Azeda e Ibicaba. Esta última, objeto deste artigo, tinha uma área de 5 a 6 milhas quadradas (ou de 12,95 a 15,54 km²), ocupando cerca de ¼ de toda a área da sesmaria.

A fazenda Ibicaba seguiu, assim, a trajetória dos demais empreendimentos agrícolas instalados no interior da província de São Paulo em inícios do século XIX: aproveitando-se dos altos preços do açúcar no mercado mundial e da política interna destinada ao fomento da cultura da cana, Vergueiro implantou um engenho nas terras que adquiriu. Na lista nominativa de 1820, referente a Vila Nova da Constituição (futuramente Piracicaba), consta que o engenho de Nicolau Vergueiro teria produzido naquele ano 600 arrobas de açúcar branco, 400 de redondo (branco de segunda qualidade) e 30 de mascavo.²⁵ Como visto, sua decisão estava plenamente de acordo com a tendência de aumento da produção açucareira da província, que alcançou seu zênite em meados da década de 1830.²⁶

Em 1825, Vergueiro se mudou para o casarão recém-construído na propriedade e, em 1828, plantou os primeiros 6000 pés de café, utilizando, para isso, o trabalho de seus escravos.²⁷ O cultivo concomitante dos dois produtos foi comum durante o período de reorganização dos espaços de produção da economia mundial. O ano em que Vergueiro iniciou a produção cafeeira em sua propriedade coincidiu com um momento de desvalorização cambial do mil-réis — favorável aos exportadores do artigo.

Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços [pagos em dólares entre 1830 e 1835]: a produção [...] de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta) saltou de 32.940 t para 67.770 t.²⁸

Assim, Vergueiro parece ter respondido a esse quadro favorável quando, em 1828, plantou seus primeiros pés de café.

Desse momento em diante, Ibicaba vai paulatinamente se convertendo de engenho de cana em fazenda cafeeira.²⁹

A lucratividade do café foi animadora e, aos poucos, a cana foi dando lugar a essa cultura. A atividade canavieira perdia espaço e importância na propriedade e o engenho passava a ser conhecido agora como fazenda Ibicaba, unidade que serviria de modelo e incentivo aos proprietários das redondezas a também plantarem o fruto, pois o mercado externo para o café se expandia.³⁰

Hércules Florence, famoso artista e inventor francês radicado em Campinas, visitou a fazenda Ibicaba em momentos distintos de seu desenvolvimento.³¹ No desenho a seguir (Figura 2), datado de 1830, Florence captura um momento de dinamismo da propriedade.

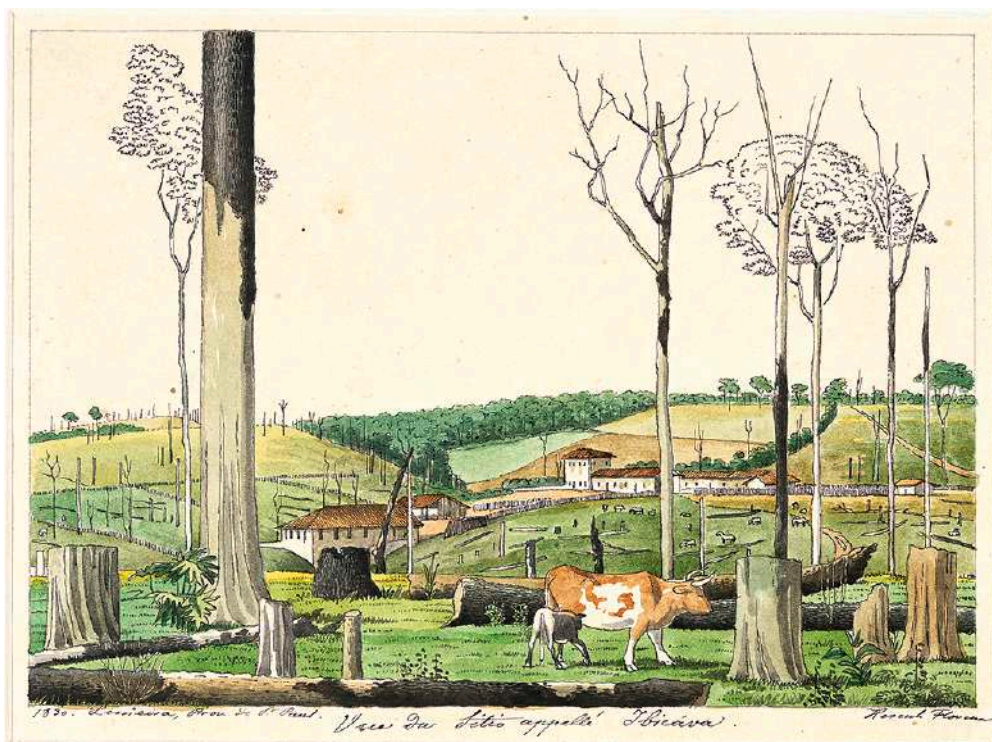


Figura 2 – Hercule Florence. Vista do Sítio chamado Ibicáva, 1830, aquarela e nanquim sobre papel – 22,1 x 29,8 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo.

O desenho de Florence traz a casa-grande vista de um ponto da estrada interna à fazenda, tendo em primeiro plano animais pastando, uma sequência de tocos e algumas árvores queimadas, mas ainda de pé. Aprofundando o olhar sobre a imagem, é possível distinguir novos tocos e alguns troncos caídos ao chão, compartilhando a paisagem com outros bois e alguns casebres à esquerda. A cerca que separa a casa-grande da área frontal da fazenda e que se alonga à direita e à esquerda tem aparência primitiva, como se fosse feita de madeira para um período provisório. Ao fundo, distingue-se a casa de vivenda de Vergueiro e algumas instalações contíguas de difícil identificação. No plano mais afastado da imagem, avistam-se as elevações do terreno e uma divisão entre áreas de pouca – ou nenhuma – vegetação nativa e espaços cobertos por árvores de grande porte.

Tomando a imagem em sua totalidade, tem-se a sensação de que se trata de uma fazenda em construção ou, provavelmente, nesse caso, em conversão para outra cultura agrícola. Os tocos e troncos caídos ao chão, associados a árvores ainda de pé, transmitem a ideia de que a mata nativa está passando por um processo de derrubada, a fim de receber a nova lavoura, ou mesmo para dar lugar às edificações necessárias à expansão da fazenda. O mesmo ocorre com o último plano do desenho, que articula as matas virgens ainda poupadas, ao fundo, a áreas já limpas ao redor da sede da Ibicaba, prontas para receberem as novas

32. Os dados da lista nominativa de 1828 dão conta de que Nicolau Vergueiro possuía, naquele ano, 76 escravos, não especificando quantos deles se encontravam na fazenda Ibicaba. A informação se encontra em *Listas Nominativas/Maços de população – Piracicaba (1820-1828)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Microfilme nº 07.04.163.

33. Werneck (1985).

plantas, possivelmente cafezais. Quanto às construções próximas à casa senhorial, é possível supor que constituíam moradias escravas, na medida em que, em 1830, Vergueiro possuía 76 escravos.³²

Em suma, a imagem de Florence não representa explicitamente a penetração da cultura cafeeira nas terras da fazenda, já que não são identificados quaisquer pés de café na figura. Por outro lado, a julgar pelo ano em que Vergueiro plantou os primeiros arbustos da planta em Ibicaba (1828) e a data em que o desenho de Florence foi confeccionado (1830), é possível supor que a derrubada das matas estivesse ligada à implantação de cafezais.

Nas próximas páginas, buscar-se-á compreender quais foram as alterações arquitetônicas e de organização do espaço levadas a cabo na fazenda Ibicaba, com o fim de controlar a numerosa mão de obra escrava e, a partir de 1847, dos colonos oriundos de países europeus, sob o sistema de parceria.

Espaço, escravidão e trabalho livre

As fazendas de café do Vale Paraíba seguiram protocolos espaciais rígidos que buscavam articular as necessidades funcionais do empreendimento agrícola aos fins de representação simbólica. O método de plantio do café é um bom exemplo de organização espacial que buscava extrair o máximo possível dos trabalhadores escravizados: os cafeeiros eram plantados alinhada e verticalmente do cume à base do morro, guardando entre si uma distância de aproximadamente três metros. Ainda que essa configuração diminuísse o número de cafeeiros por área plantada – quando comparada à do plantio do mesmo arbusto na colônia de *Saint Domingue* no período anterior à Revolução –, o amplo espaço existente entre as fileiras dos cafezais permitia que o feitor, postado na base do morro, controlasse o ritmo de trabalho dos escravos e impingisse punição aos cativos mais lentos.³³ Desse modo, *administração da paisagem* e *administração do trabalho* se entrelaçavam com vistas ao máximo aproveitamento da mão de obra.

A mesma preocupação funcional pode ser encontrada na base arquitetônica da moradia escrava. As senzalas das grandes fazendas vale-paraibanas – filiadas aos barracões de pátio cubanos – eram construídas de modo que seus lanços formassem um quadrado central, que continha o terreiro de café, e que seu acesso fosse controlado por um único portão, já que tanto janelas como portas das senzalas em quadra eram voltadas para o terreiro, nunca para o lado externo. Assim, o espaço de morada era também espaço de organização da lida diária, do controle do ir e vir dos trabalhadores e, em última medida, da efetiva funcionalidade da produção cafeeira.

A implantação da fazenda, desde as plantações aos edifícios, não se restringiu, porém, às necessidades funcionais. Como dito, a vertente da *representação* senhorial também esteve presente na organização da *plantation* cafeeira do Vale do Paraíba e ditou as técnicas arquitetônicas das edificações

e sua alocação no espaço da fazenda. O casarão, nesse caso, apresenta-se como bom exemplo de construção que tinha por fim não apenas aspectos ligados à funcionalidade da fazenda, mas também à sua face simbólica. Sua arquitetura de padrão neoclássico e seu posicionamento bem próximo à morada escrava extrapolavam a esfera do simples controle da mão de obra, adentrando o mundo da representação:

No Império do Brasil, [...] o modelo do barracão teve de se ajustar ao paternalismo que informava os valores ideológicos senhoriais. As fazendas vale-paraibanas foram uma clara manifestação disso: os escravos eram entendidos como parte da família extensa ou mesmo como prolongamento físico de seus senhores e, por essa razão, cabia aproximar as quadras das senzalas das casas de vivenda. [...] Voltamos, aqui, ao clientelismo. Por conta da dinâmica da alforria e da contínua produção de dependentes, algo evidente na paisagem cafeeira, com o avultado número de sítios e fazendolas que rodeavam as grandes unidades e que não raro pertenciam a grupos sociais egressos do cativo, os escravos eram concebidos como participantes da clientela de seus senhores.³⁴

Muitas das características de conformação espacial das fazendas do Vale do Paraíba seguiram o caminho do café e chegaram ao oeste de São Paulo em meados do século XIX. O plantio alinhado dos cafezais, a suntuosidade dos casarões senhoriais, bem como sua conjugação às senzalas são alguns pontos comuns entre os dois espaços. Contudo, as especificidades sócio-históricas do oeste da província – antiga cultura canavieira, presença de posseiros, experiência com trabalho livre, distância do porto, etc. – fizeram com que não apenas a estrutura física do empreendimento cafeeiro fosse distinta da do Vale do Paraíba, como os próprios atores que viveram nas fazendas do oeste apreendessem de maneira diversa as lógicas espaciais que regiam a vivência nessas áreas, assim como as estratégias de uso dos espaços.

O geógrafo Edward Soja buscou requalificar a visão essencialmente física do *espaço*, que

[...] tendeu [...] a impregnar todas as coisas espaciais de um sentido remanescente de primordialidade e composição física, de uma aura de objetividade, inevitabilidade e reificação”, argumentando que “o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo [...].³⁵

Assim, Soja lança mão do termo *espacialidade* para dar conta do dinamismo que as experiências sociais conferem a determinado lugar e que não podem ser captadas e compreendidas unicamente por meio do conceito de *espaço*, já carregado historicamente de uma rigidez que, contudo, não lhe é característica. A *espacialidade* seria, dessa maneira, composta por três vertentes que, embora distintas, estariam organicamente unidas: espaço material, espaço social e espaço cognitivo.

Valendo-se da categoria de Soja, James Delle analisa a ascensão e queda das *plantations* cafeeiras jamaicanas entre os séculos XVIII e XIX. Ao trabalhar

34. Marquese (2006, p. 51).

35. Soja (1993, p. 101-102).

- 36. Delle (1998, p. 38).
- 37. Delle (1998, p. 39).
- 38. Marquese (2010).
- 39. Lara; Pacheco (2007).

empiricamente com o instrumental de Soja, Delle confere maior precisão à tríade que conforma o conceito de *espacialidade*. O espaço material seria “o universo empiricamente mensurável que foi criado e/ou definido por humanos”,³⁶ ou seja, espaço construído efetivamente com trabalho humano – uma casa, uma fábrica, mesmo uma *plantation* – e/ou cujo sentido e definição são conferidos pela mediação dos homens, como a ideia de floresta ou mata virgem. Assim, os próprios aspectos geográficos que se apresentam naturalmente aos seres humanos (elevações de terreno, existência de rios ou lagos, presença de florestas, características geológicas etc.) também compõem o universo do espaço material. O espaço social, segundo nível componente da *espacialidade*, diz respeito às relações espaciais que se desenvolvem entre pessoas e grupos de indivíduos dentro da esfera material do espaço. O acesso vedado ou permitido a certos espaços materiais – definido por relações hierárquicas de classe –, define em larga medida quais espaços sociais pertencem a tal grupo e quais outros espaços são reservados a outros grupos, de maneira que, no caso das *plantations* cafeeiras brasileiras do século XIX, a casa grande era tida como espaço da classe senhorial e de escravos ligados ao trabalho doméstico, vedada, desse modo, aos cativos da lavoura. Tais espaços sociais, contudo, estavam sempre em construção e em conflito. No exemplo dado, uma revolta de escravos que tomasse o casarão subverteria a lógica de ocupação, uso e domínio daquele espaço, dando novo sentido às relações espaciais existentes entre os moradores da fazenda.

Concluindo o tripé da *espacialidade*, o espaço cognitivo pode ser tanto compreendido como “a concepção de espaços material e social que ainda não existem ou que podem nunca existir e a interpretação daqueles espaços que existem ou irão existir”.³⁷ Assim, representação do existente e concepção mental de alternativas ao espaço dado estão no cerne da ideia de espaço cognitivo, que pode ser observado tanto nas representações senhoriais de suas propriedades – sendo as pinturas parietais internas à casa grande um bom exemplo³⁸ –, como nas rodas de jongo dos escravos, que poderiam evocar a África, o plano espiritual ou mesmo os esconderijos nos matagais.³⁹

Escravos: traficar, confinar e punir

A evolução quantitativa da escravaria de Nicolau Vergueiro ao longo da primeira metade do século XIX denota a expansão do cultivo agrícola em suas possessões – tanto de cana-de-açúcar como de café. Na lista nominativa de Piracicaba de 1820, ou seja, um ano após a instalação do engenho de açúcar em Ibicaba, Nicolau Vergueiro e sua mulher, Maria Angélica, constavam como proprietários de 53 escravos. Quatro anos mais tarde, os Vergueiro voltaram a figurar na lista nominativa local, não mais como possuidores de cerca de 50 escravos, mas de exatamente 70 cativos. Para a lista geral de habitantes de

Piracicaba de 1828, novo aumento: a família Vergueiro era detentora, naquele ano, de 76 trabalhadores escravizados.⁴⁰

Os dados das listas nominativas não trazem informações sobre o local de trabalho dos escravos arrolados, impedindo que se afirme peremptoriamente que os cativos presentes na lista trabalhavam na propriedade do senador em Piracicaba. Contudo, o crescimento linear da escravaria de Vergueiro é compatível com o aumento de produtividade observado em Ibicaba para o período – à época, apenas de cana-de-açúcar, milho e arroz –, de modo que não parece errôneo supor que boa parte do incremento da propriedade humana do senador tenha se dirigido ao engenho de Ibicaba.

As informações que foram possíveis levantar até agora não trazem dados sobre o número de escravos de Vergueiro para o intervalo de 1828 a 1846. Para 1847, ano em que a primeira leva de imigrantes suíços e alemães chegou à fazenda, Ibicaba possuía o já citado número de 215 escravos,⁴¹ tendo essa cifra subido a 276 em 1865, ano de balanço da Vergueiro & Cia.⁴² Na década de 1880, segundo relatos,⁴³ Ibicaba contava já com 400 escravos, dividindo as tarefas produtivas com as famílias de colonos remanescentes. Todos esses números mostram que esteve longe de ser desprezível a quantidade de cativos na fazenda, o que acarretou uma constante preocupação quanto ao controle desses trabalhadores.

O ambiente construído atual de Ibicaba já não conta mais com diversas edificações que compuseram a paisagem da fazenda na primeira e segunda metades do século XIX. Apenas alguns casebres sobrevivem em um ou outro ponto da fazenda, e a casa de vivenda da família Vergueiro – construída para sua moradia em 1825 – foi demolida após um surto de tuberculose na propriedade já nas primeiras décadas do século XX. Armazéns, açougue, escola e, sobretudo, senzalas – componentes do dia a dia dos senhores, prepostos, escravos e colonos da fazenda – foram demolidos ao longo dos séculos XIX e XX, restando, em alguns casos, apenas fragmentos dos originais.

Contudo, os exemplares arquitetônicos remanescentes – casa-grande da família Levy, tulhas, fração do terreiro ladrilhado, torre do relógio, casa de máquinas de inícios do século XX – articulados a elementos paisagísticos como o lago, a figueira bicentenária, as elevações do Morro Azul, etc. permitem a recomposição parcial da configuração espacial da fazenda durante o século XIX, quando confrontados com material iconográfico e textual produzido nos séculos seguintes.

O norte-americano James Fletcher foi um dos vários viajantes que passaram pela fazenda Ibicaba enquanto visitavam o Brasil. Missionário presbiteriano, Fletcher chegou ao país em 1851 – permanecendo em terras brasileiras por 14 anos – e empreendeu rápida viagem à região de Campinas, chegando a Limeira em 1855, onde descreveu aspectos da fazenda Ibicaba e de sua região circunvizinha. Note-se que o momento da viagem já se deu em meio à

40. Os números referentes à escravaria de Vergueiro entre os anos de 1820 e 1828 foram extraídos de *Listas Nominativas/Maços de população – Piracicaba (1820-1828)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Microfilme nº 07.04.163.

41. Tschudi (1980, p. 134).

42. Forjaz (1924, p. 67).

43. Laerne (1985, p. 334-335); Heflinger Jr.; Levy; Campos (2007, p. 22). Há ainda o relato de um colono, de 1856, que dizia que a fazenda possuía mais de 400 escravos. “A nossa colônia é formada por mais de 800 almas, na sua maioria alemães, além dos negros, cujo número monta a mais de 400”. Alves (2006, p. 90).

44. Kidder; Fletcher (1941, p. 109).

45. Kidder; Fletcher (1941, p. 114-115).

46. Holloway (1984, p. 4). O manual agrícola de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, de 1847, também frisa a importância da escolha de terreno para a implantação de uma fazenda no qual existam certas árvores-padrão que expressem a fertilidade das terras. Ainda que tenha sido composto no Vale do Paraíba, o manual de Werneck expressa o saber prático corrente em todo o centro-sul do Brasil. Werneck (1985, pp. 11-12).

experiência da colonização, mas anteriormente à revolta dos parceiros, ocorrida em fins de 1856.

Comparando a região de Limeira às outras pelas quais passara, Fletcher se surpreendeu com a paisagem contemplada:

Todo o aspecto da região mudara; o sublime cenário da costa não mais se contemplava aqui, mas, em seu lugar, aspecto que me recordava os Estados Unidos. O caráter recente das construções e plantações, me fazia acreditar facilmente que estava na parte norte do Ohio.⁴⁴

O missionário chama atenção ao caráter recente das construções e plantações, o que corrobora o fato de a implantação da agricultura extensiva – de cana-de-açúcar, mas sobretudo de café – na área mais a oeste ter se dado em um período posterior à implantação de fazendas semelhantes em Campinas e no Vale do Paraíba. O relato de Fletcher sobre sua entrada na propriedade de Vergueiro é bem elucidativo quanto a aspectos de gestão do espaço na Ilbicaba:

Saímos da estrada limitada pela floresta, e vimos à distância a plantação do Senador Vergueiro. Embora tivesse ouvido falar mais deste estabelecimento do que de qualquer similar, no Brasil, não ficou aquém da minha expectativa. *Passamos por um grande portão*, e fomos bem recebidos pelos alaridos de um bando de papagaios alegremente coloridos, que baixavam por vezes, e por vezes esvoaçavam em redor dos cimos de um grupo de altas árvores. [...] Entre Campinas e Limeira, e também em Ilbicaba, contemplei as mais sublimes árvores que encontrei em qualquer outra parte do país. Três nobres reis da floresta foram poupados a não grande distância da residência do Senhor Vergueiro, e formam um detalhe distinto da paisagem. *À distância podia-se ver a casa de campo e a capela, e de um e outro lado delas várias construções externas que serviam como lojas, depósitos para café e telheiros para os maquinismos. À nossa esquerda viam-se as pequenas e elegantes cabanas pertencendo aos colonos.*⁴⁵ (destaques nossos)

A descrição de Fletcher é eloquente sobre a organização espacial de Ilbicaba. A chegada à sede da fazenda era feita por meio de uma estrada rodeada por matas virgens, o que permite supor que a ocupação da área pelos cafezais ainda não havia sido executada de maneira completa, conferindo àquele espaço usos distintos dos designados para a produção. Em contrapartida, Fletcher destaca três árvores nativas *poupadas* por Vergueiro, símbolos da opulência e vigor de sua fazenda, mas que obliteram a ampla devastação empreendida no momento de implantação da cultura cafeeira, tanto nos morros de café quanto na área de beneficiamento e morada.

Ainda que Fletcher não esclareça a espécie dos “três nobres reis da floresta” que avistou próximos à casa de vivenda de Vergueiro, uma das árvores tratava-se muito provavelmente da figueira branca localizada atrás do casarão e ao lado do terreiro. No momento da escolha das novas áreas de plantio, os fazendeiros procuravam pela presença de algumas árvores-padrão, que indicavam a fertilidade do solo e sua plena capacidade para receber os novos cafeeiros.⁴⁶ Além do Pau d’Alho e da Peroba, outra árvore indicativa da qualidade do solo era

justamente a figueira branca, mantida intacta por Vergueiro no momento de derrubada da mata nativa e escolhida como ponto central da fazenda, local em que a casa de vivenda foi posteriormente construída. Assim, a opulência da figueira (Figura 3) transmutava-se na opulência da terra e da própria fazenda do Senador. A simples menção laudatória que Fletcher faz à árvore logo ao avistar a sede da Ibicaba demonstra que sua função de representação da grandeza e excelência do empreendimento agrícola funcionou plenamente.



Figura 3 – Figueira branca de Ibicaba atualmente. Fotografia do autor. 2013.

47. Marquese salienta a existência desse padrão para o Vale do Paraíba. As capelas distantes do casarão, construídas e voltadas aos imigrantes, passam a proliferar nas fazendas do oeste a partir da década de 1890. Ver respectivamente Rafael de Bivar Marquese (2006, p. 41); Vladimir Benincasa (2007, p. 177).

48. Marquese (2008, p. 143).

Fletcher, contudo, não deteve o olhar apenas nas árvores de grande porte que encontrou. Ao sair da estrada, o missionário avistou o casarão e, logo ao lado, a capela de culto. A proximidade, ou mesmo conjugação, entre casa de vivenda e capela pode ser considerada uma espécie de padrão das fazendas cafeeiras de relativo porte no século XIX.⁴⁷ A análise das funções que essa edificação conjunta cumpria será feita adiante. Completando a paisagem contemplada por Fletcher, o maquinário da fazenda e outras edificações instaladas tanto de um lado como do outro da casa-grande, além da fileira de casas dos colonos.

Um mapa da fazenda de 1875 (Figura 4) corrobora a descrição de Fletcher no tocante à disposição da casa-grande e da colônia em relação à entrada da fazenda. A linha vermelha da imagem indica o caminho que Fletcher percorreu até chegar à casa de vivenda de Vergueiro, assinalada com um círculo azul. Considerando que o viajante deslocou-se do portão de entrada até a casa-grande pela estrada destacada, as casas dos colonos suíços e alemães ficavam dispostas à sua esquerda – assim como descrito por Fletcher – e marcadas com um círculo em verde na figura abaixo. Além da disposição das edificações, o mapa da fazenda mostra ainda a localização dos cafezais e das áreas de mata virgem, expondo a franca expansão da cultura cafeeira na fazenda no período entre o desenho de Florence (1830) e esta última representação cartográfica (1875).

Cruzando a descrição de Fletcher com o material iconográfico presente na Figura 5, é possível identificar não apenas as edificações apontadas pelo missionário, como também a organização do espaço efetivamente agrário da fazenda. Ao acompanhar o olho pela estrada desenhada em direção à casa de vivenda, o espectador tem uma vista da propriedade, que engloba o portão, pequenas construções, o lago e as edificações produtivas em linha. Ao fundo, vê-se o plantio alinhado do cafezal, seguindo protocolos de gestão da paisagem, elaborados originalmente no Vale do Paraíba e depois seguidos no oeste de São Paulo.

Apoiado em relatos de viajantes, fontes iconográficas e manuais agrícolas, Rafael Marquese descreve as técnicas de implantação e gestão dos cafezais levadas a cabo nas fazendas da região vale-paraibana das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Segundo Marquese,

O plantio obedecia a uma linha vertical do cume do morro até a sua base, distando os pés entre si de catorze a dezesseis palmos (3 a 3,5m), conforme a qualidade do terreno; nos três primeiros anos de formação do cafezal, aproveitava-se o amplo espaço entre as fileiras para o cultivo de milho, feijão e mandioca, com o duplo objetivo de garantir sombreamento para os pés recém-plantados e manter a escravaria trabalhando de forma produtiva no amanho de mantimentos. No manejo do arbusto, decotava-se o cafeeiro quando atingisse a altura de dez palmos (2,2m), para facilitar a apanha dos frutos e evitar a quebra dos ramos na operação da colheita; as capinas, por sua vez, eram efetuadas três vezes ao ano. [...]⁴⁸

49. Forjaz (1924, p. 35).

50. Heflinger Jr. (2014, p. 124).

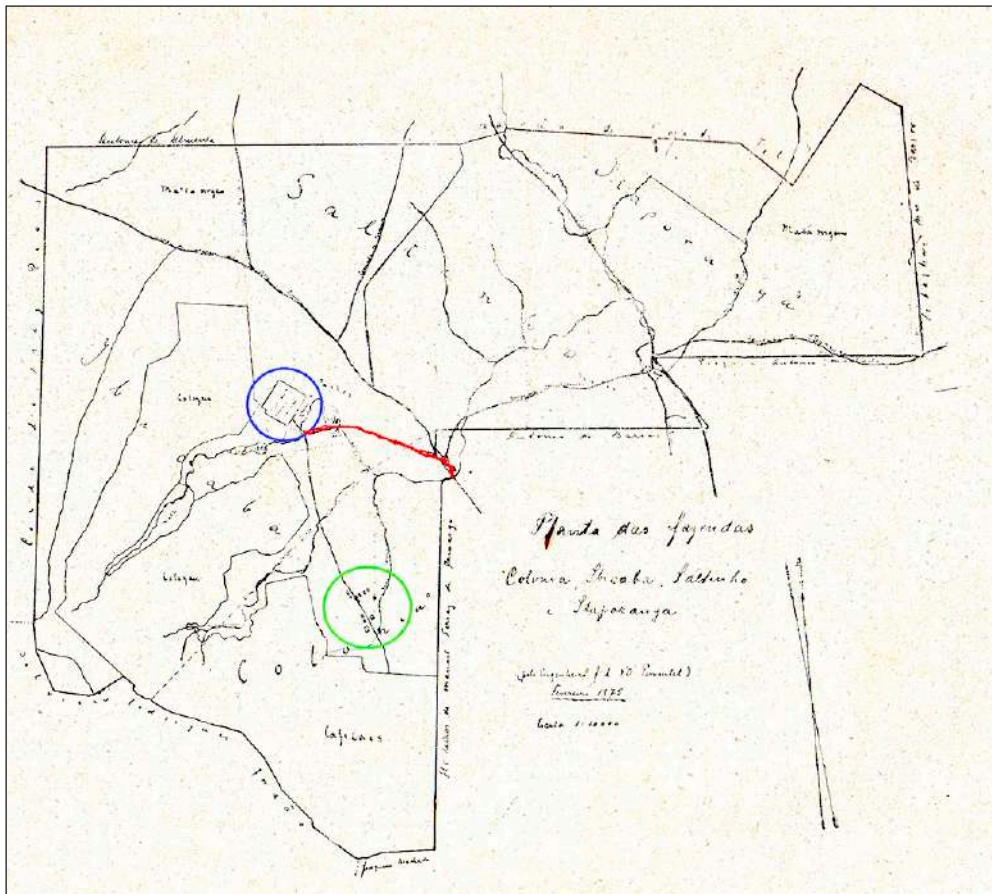


Figura 4 – Mapa das fazendas Colônia, Ibicaba, Saltinho e Itaporanga. Autor desconhecido, 1875, com alterações do autor.⁴⁹

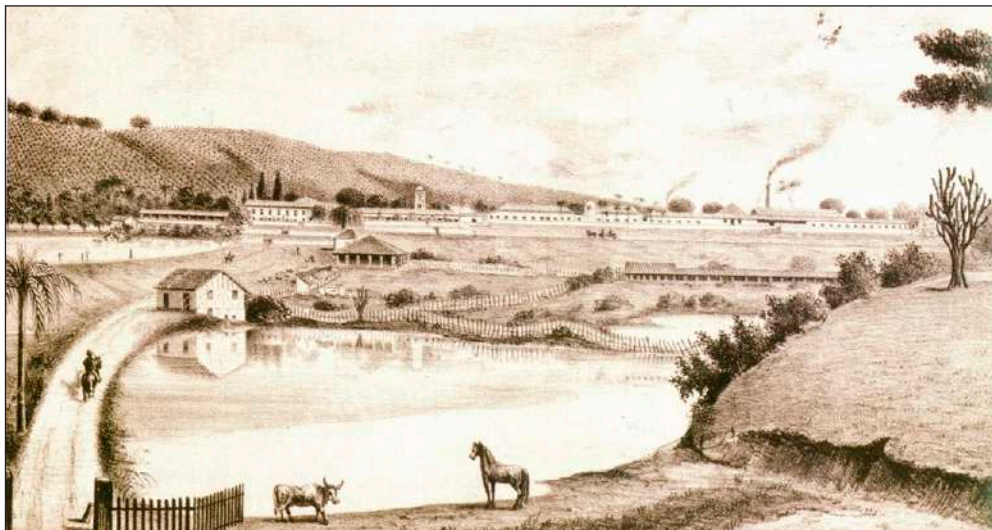


Figura 5 – Litografia da fazenda Ibicaba. Autor desconhecido. Coleção Paulo Levy⁵⁰

51. As fontes consultadas não apresentam consenso quanto ao afastamento existente entre os cafeeiros da fazenda. O cônsul suíço Carlos Perret-Gentil, que esteve em Ibicaba em 1851, descreveu a organização do plantio dos cafezais. Ele chamou atenção à simetria dos pés, ao distanciamento entre os cafeeiros e à altura máxima de cada uma das plantas. “As plantações são feitas por ordem simétrica, e cada pé de café plantado a 6 1/2 pés [cerca de 2 metros] de distância um do outro; eleva-se acima do solo 10 a 12 pés [3 a 3,6 metros] mais ou menos, cobrindo-se de galhos desde a base até o cimo; [...]”. Carlos Perret-Gentil (1851, p. 53). Já o agrônomo holandês C. F. Delden Laërne visitou a fazenda em 1883 e estimou em 900 o número de pés de café por hectare, obtendo uma distância aproximada de 3,3 m entre os pés. C. F. van Delden Laerne (1885, p. 334). Considerando o acurado conhecimento agrônomo de Laërne, associado à produção iconográfica de Florence, que apresenta considerável distância entre os cafeeiros representados, tem-se a impressão de que o distanciamento de 3,3 m entre os arbustos era mais condizente com a realidade da fazenda.

Os pés de café representados ao fundo da imagem seguem um padrão claro de alinhamento vertical do cume à base do morro, sendo a distância compreendida entre cada um dos cafeeiros de cerca de 3,3m.⁵¹ Ainda que imperceptível apenas pela observação do desenho, o decote dos arbustos é também praticado em virtude dos mesmos fins: impedir que a planta atinja uma altura muito superior ao alcance humano, facilitando assim a colheita dos grãos pelos escravos. Por fim, a proximidade existente entre as áreas cultivadas e a sede da fazenda demonstra sua recente implantação, na medida em que os morros de terra fértil preferidos para os primeiros cafezais eram justamente os localizados nas proximidades do núcleo da unidade agrícola, fator que otimiza o tempo de transferência dos grãos colhidos à área de secagem, aos edifícios de beneficiamento e de armazenamento.



Figura 6 – Detalhe da simetria e alinhamento do cafezal e de sua proximidade à casa-grande e às edificações produtivas. Recorte da Figura 5

Esse modelo de *administração da paisagem* utilizado na Ibicaba, proveniente da gestão vale-paraibana da agricultura cafeeira, esteve estreitamente articulado à *administração do trabalho* nas zonas produtivas. O distanciamento de cerca de 3,3m entre os pés de café, aliado ao plantio alinhado verticalmente, permitia plena visualização e controle do trabalho dos escravos nas fainas agrícolas. O feitor, postado na base do morro, controlava o ritmo e a velocidade das carpas dos cafeeiros e da colheita dos grãos, além de ser o responsável pela eventual punição empreendida aos escravos mais lentos – tudo possibilitado pela plena visualização dos trabalhadores entre os cafeeiros.

A Figura 7 permite observar alguns elementos referentes à *administração da paisagem* e à *administração do trabalho* na fazenda Ibicaba. Comparando a altura dos cafeeiros à dos homens e mulheres do primeiro plano da imagem, percebe-se que aquela não difere muito da descrita por Perret-Gentil – entre 3 e 3,6m. A heterogeneidade da escravaria representada também salta aos olhos: homens e mulheres compõem o contingente de trabalhadores do campo, tanto no momento da carpa quanto no da colheita. Supervisionando o processo, o feitor (ou capataz) em primeiro plano (Figura 8) segura não uma enxada, como os outros, mas um chicote colado ao corpo, representando sua posição de comando do trabalho nos campos e de domínio sobre o tempo da produção.



Figura 7 – Fazenda Ibicaba: Escravos no eito de café. Banco de Imagens do Carlota Schmidt Memorial Center – Álbum José Vergueiro – Acervo Dra. Lotte Köhler, s.d.⁵²

Aqui, como nas fazendas do Vale do Paraíba, o controle sobre a escravaria ocorria pelo domínio senhorial sobre a paisagem, representado pelo plantio simétrico e espaçado dos cafeeiros, articulado ao comando de sua altura, e sobre o trabalho, representado pela separação dos trabalhadores em turmas sob a vigilância de um feitor, pronto a impingir punição a quem não seguisse os ditames do tempo de trabalho definidos pelo comando senhorial. Esse domínio sobre o tempo do trabalho, porém, não se esgotava nas relações entre os escravos, os feitores e a paisagem dos morros de café. O controle sobre os cativos se expressou também nas edificações de moradia, nas áreas de beneficiamento dos grãos e nas restrições impostas ao deslocamento dos indivíduos dentro e fora da propriedade, abrangendo todo o espaço da fazenda e sua região circunvizinha.

As fazendas cafeeiras foram implantadas, durante todo o século XIX, tendo como eixo organizacional o terreiro de secagem de grãos. Em volta dele, construíam-se os edifícios de beneficiamento, as tulhas, as senzalas e a própria casa senhorial. A fazenda Ibicaba não fugiu a esse padrão, embora apresentasse algumas características distintas em relação à maioria das grandes unidades agrícolas produtoras de café do Vale do Paraíba e da região de Campinas.

52. Heflinger (2014, p. 55).

53. Os dados biográficos de Carlota Schmidt se encontram em José Eduardo Hefflinger Jr.; Paulo Massuti Levy; Rommel Siqueira Campos (2007).



Figura 8 – Detalhe do feitor portando um chicote na mão direita. Recorte da Figura 7

Como descrito por Fletcher, a entrada na fazenda se dava através de um portão, seguido de uma pequena estrada interna, ao fim da qual os visitantes deparavam com o frontispício da opulenta casa-grande de dois andares. A grandeza do casarão é confirmada pelo relato de Carlota Schmidt, membro da família Vergueiro e de trajetória peculiar. Em inícios da década de 1850, Catherina Drenkhahn, camponesa pobre natural da Alemanha, veio ao Brasil, acompanhada de sua filha recém-nascida – também chamada Catherina – para trabalhar como colona na fazenda Ibicaba. Ao chegar ao porto de Santos, Catherina Drenkhahn faleceu, deixando sua filha sem qualquer vínculo familiar no novo país. José Vergueiro, filho do Senador Nicolau Vergueiro e sócio da Companhia de Imigração fundada por seu pai, e sua mulher Maria Umbelina decidiram adotar Catherina, dando-lhe o nome da família. Em 1872, Catherina Vergueiro se casou com Detlef Brune Schmidt, então administrador da Ibicaba, e teve com ele nove filhos, entre os quais Carlota Schmidt, autora do relato a seguir.⁵³ Em suas recordações de infância, a neta adotiva de José Vergueiro apresenta a descrição dos aposentos da casa-grande em que morava, por meio da qual é possível mensurar a grandeza do edifício:

Na casa, ela (governanta srta. Düring) ocupava dois cômodos junto à sala de aula, ou melhor dizendo o nosso quarto. Eu tinha um pequeno quarto no qual dormia também Augusto [seu irmão caçula]. À noite, Felizarda [escrava doméstica] colocava um colchão na sala de aula para nos cuidar, porque, realmente eu não sei. Depois vinham os quartos de dormir dos meus pais, o de vestir e a sala de estar. Em cima, meus avós tinham os quartos de dormir e meu avô o seu escritório; lá tinha também uma sala com balcão, a grande sala de jantar, um quarto de dormir para visitas importantes, cozinha, copa, quarto de passar roupa, quarto privativo de pequenas reuniões, dispensa etc. Embaixo havia dois quartos de hóspedes, salão de bilhar e vários aposentos.^{54,55}

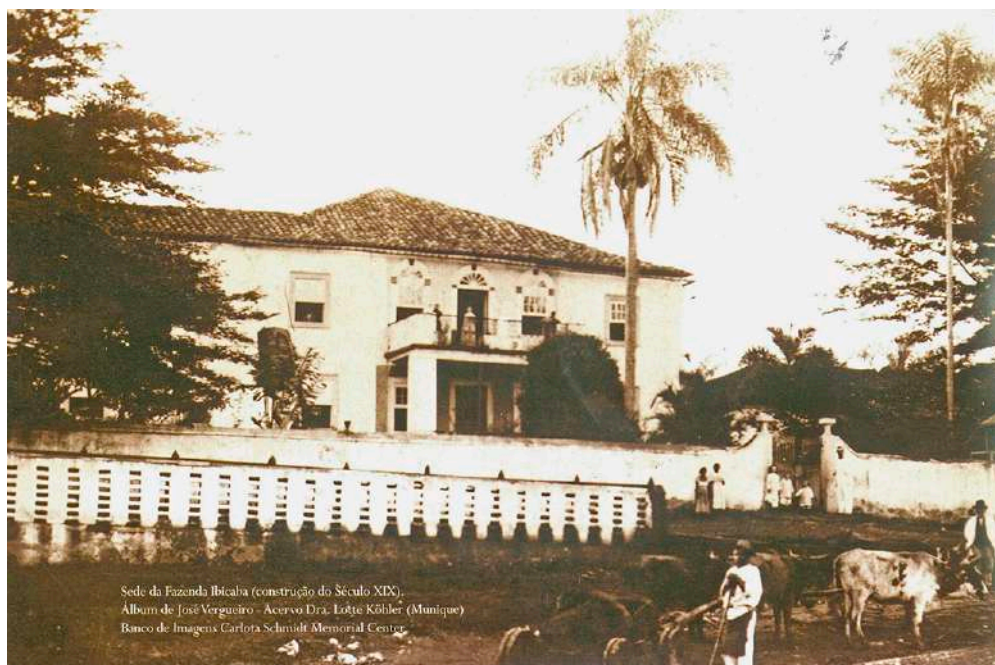


Figura 9 – Sede da Fazenda Ibicaba (construção do século XIX). Álbum de José Vergueiro – Acervo Dra. Lotte Köhler (Munique). Banco de Imagens Carlota Schmidt Memorial Center. Autor desconhecido. c. 1870⁵⁶

Não só os moradores da casa grande atestavam sua imponência. Na edição de 30 de janeiro de 1876, o jornal *A Província de São Paulo* publicou o relato de um viajante anônimo que passara pela fazenda Ibicaba em período recente. O texto é interessante não apenas por trazer uma rica descrição dos espaços materiais da fazenda, como também por expressar o deleite que a paisagem cuidadosamente construída pelos Vergueiro proporcionava à visão do visitante:

Ali se encontra e vê tudo quanto se pode encontrar numa fazenda bem dirigida. Cafezais enormes e bem tratados todos a arado, não se encontrando em todo o cafezal um galho seco, porque o sistema da poda e de vigilância assídua, tem conseguido completo *desideratum*. Tem esta fazenda uma légua de circunferência, com maquinas a vapor, terreiros imensos ladrilhados, com trilhos de ferro, de forma que em vagões ali é recolhido o café com mais presteza, ferraria bem montada, como não se encontra em muitas de nossas pequenas cida-

54. Heflinger Jr.; Levy; Campos (2007, p. 21).

55. O casarão dos Vergueiro foi ampliado ao longo da segunda metade do século XIX. Construiu-se uma nova casa, ao lado da antiga, estando ambas ligadas por um corredor de vidro no segundo andar. “A casa antiga era ligada à casa nova através de um corredor envidraçado. Na casa nova havia quartos bonitos de hóspedes. Na entrada havia uma varanda. À esquerda e à direita duas escadas levavam à entrada principal da casa. Na frente da mesma havia dois jardins com árvores. Um deles a vovó usava para sua criação de galinhas. [...]” (p. 21). Ainda sobre a casa-grande, Carlota diz que “na entrada principal da casa havia uma varanda, com bancos e assentos. Lá, todas as tardes se reuniam: o avô Vergueiro, Papa, sr. Motta e outros senhores que estavam de visita. Ali era distribuída a correspondência, eram comentados os acontecimentos do dia, política etc.”. Cf. José Eduardo Heflinger Jr.; Paulo Massuti Levy; Rommel Siqueira Campos (2007, p. 25).

56. Heflinger Jr. (2014, p. 112).

57. Anônimo. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 30 jan. 1876, Seção Livre, grifos nossos.

58. No parágrafo seguinte de seu relato publicado na *Província de São Paulo*, o autor complementa dizendo sobre a fazenda como um todo que “tudo ali se encontra que é confortativo, formando um agradável panorama olhado de qualquer dos lados e muito principalmente subindo-se para os lados do Morro Alto”.

59. “[...] Os edifícios apresentam uma linha de 1.800 palmos [cerca de 183 metros]; são casa de morada, com grande jardim; capela com hospital; tulhas, moradia da escravatura, escola, casa das máquinas, etc.”. Djalma Forjaz (1924, p. 64).

des, três grandes tanques na frente da casa formando um magnífico embelezamento, ao lado uma bonita casa de banhos com uma linda banheira de mármore, uma sala decente com bilhares, oferecendo momentos de distrações a seus hóspedes, como eu o fui, um elegante bote sobre um dos tanques, que em pavesado corria ao soprar do vento, ofertando a meus olhos uma riquíssima paisagem: no correr da frente de toda a casa existe um passeio quase todo coberto e ladrilhado, que mesmo a chuva não evita o gozar-se dos dois lindos jardins que lhe estão próximos com uma variedade de flores e muitas fruteiras, conservando um aroma sempre agradável. Ao lado da casa numa grande estrebaria com lindos e soberbos ginetes, tendo alguns desses cavalos 7 ½ palmos de altura, vendo-se ali magníficas vacas de leite e em quantidade. Tem um grande quadrado que fechando a escravatura em número de 500, fica em completa liberdade e no meio uma enorme torre com o regulador do trabalho, porque tudo ali é a hora certa.⁵⁷

A descrição da fazenda publicada no jornal é particularmente pertinente. Nela é possível observar o duplo caráter contido na alocação dos elementos pelo espaço e do controle exercido pela casa senhorial sobre a natureza: função e representação. No primeiro trecho, o autor saúda “os cafezais enormes e bem tratados”, somente possíveis pela utilização racional do arado – instrumento ainda não muito comum nas fazendas paulistas, mesmo no último quartel do século XIX – e por um eficiente “sistema de poda e vigilância assídua”. Em seguida, são sublinhados o tamanho da fazenda, o uso de máquinas a vapor, os “imensos terreiros ladrilhados” com trilhos de ferro, de modo que todos os elementos concorrem para que o café seja recolhido em vagões “com mais *presteza*”. A ideia de modernidade, rapidez e eficiência está inscrita no texto de jornal, exprimindo o cumprimento pleno da função produtiva da fazenda de café de Ibicaba.

O segundo trecho da descrição se detém sobre os aspectos de deleite visual que a propriedade dos Vergueiro proporcionava aos visitantes. O autor anônimo chama atenção para os tanques d’água frontais à casa que formam “magnífico embelezamento”, em que um bote “correndo em pavesado” fornece ao olhar do espectador “uma riquíssima paisagem”. O passeio “coberto e ladrilhado” que percorre “dois lindos jardins” com belas flores e árvores frutíferas completa a imagem de suntuosidade e beleza da fazenda oferecida aos hóspedes.⁵⁸ Unindo os aspectos funcionais e de representação contidos na Ibicaba, o viajante completa o relato com a descrição do espaço das senzalas – “um grande quadrado que [fecha] a escravatura em número de 500” –, adornado e controlado pela “enorme torre” do relógio, pois “tudo ali é a hora certa”.

A descrição contida na *Província de São Paulo* pode ser confirmada e complementada por outras fontes. A organização do espaço de beneficiamento se inicia pela composição de uma longa linha de edificações,⁵⁹ que tem como ponto de partida a casa senhorial, seguida pela capela, tulhas e uma extensa construção retangular destinada à moradia dos trabalhadores escravizados, tendo a tulha sua fachada apontada para o terreiro e a frente da senzala direcionada para o lado contrário. A seguir, pode-se observar um detalhe desta extensa linha de edificações e suas respectivas identificações (Figura 10).

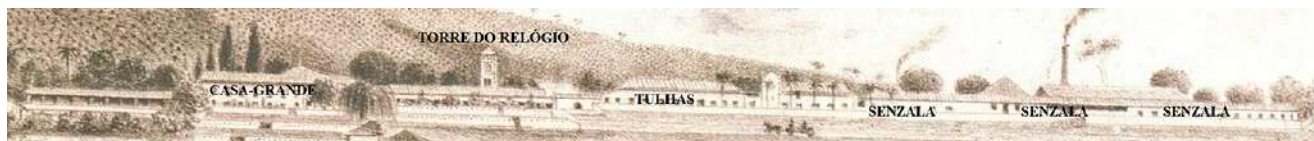


Figura 10 – Detalhe da linha de edificações. Recorte da Figura 5

Pela imagem acima (Figura 10), é possível identificar a presença de um muro que perpassa toda a frente das tulhas e das senzalas e prossegue na direção perpendicular, sentido casa de máquinas. A perspectiva do desenho, porém, impede que se observe a estruturação interna do terreiro e que se identifiquem as edificações que compunham a espacialidade da área de beneficiamento da fazenda. A seguir, apresenta-se uma fotografia do terceiro quartel do século XIX, na qual escravos trabalham no terreiro de café (Figura 11).



Figura 11 – Escravos no terreiro de café. Álbum José Vergueiro – Acervo Dra. Lotte Köhler. Banco Digital do Carlota Schmidt Memorial Center. s/d, Autor desconhecido⁶⁰

A fotografia acima confirma a existência das tulhas e sua disposição em relação ao terreiro. À esquerda, fora do enquadramento desta imagem, possivelmente encontravam-se as senzalas em renque, chegando até a altura de seu alinhamento à casa de beneficiamento. Ao fundo, vê-se a torre do relógio – que será mais bem analisada doravante –, o telhado da casa-grande à esquerda da

60. Heflinger Jr. (2007, p. 73-74).

torre e, em um plano à frente, um longo edifício colado ao terreiro. Ainda que nenhuma fonte escrita cite explicitamente esta edificação, trata-se possivelmente de mais uma senzala em linha, assim como a existente ao lado das tulhas. A construção homogênea, a inexistência de subdivisão externa clara, a extensão do edifício, bem como portas separadas por distâncias relativamente iguais são indícios de se tratar de uma moradia escrava típica das fazendas cafeeiras oitocentistas. O desnível existente entre o terreiro e as senzalas coladas às tulhas – aquele cerca de 1,5m mais elevado que estas – pode explicar o porquê de as fachadas das senzalas representadas na fotografia serem voltadas para o terreiro, enquanto as outras têm suas portas viradas para o lado contrário.



Figura 12 – Detalhe do desnível do terreiro. Fotografia do autor. 2013.

Outra edificação componente desse amplo espaço de produção cafeeira, que se inicia nos cafezais e se encerra na fase de beneficiamento dos grãos, é a casa de máquinas. O método de beneficiamento utilizado na fazenda não é citado explicitamente na documentação pesquisada. O que se pode aventar, porém, é que as grandes dimensões do terreiro, associadas ao alto volume de produção e ao maquinário a vapor instalado na fazenda, indicam a utilização conjunta dos métodos de via seca e de via úmida. Nesse regime misto, parte do café colhido ia diretamente para o terreiro, enquanto os grãos de melhor qualidade passavam por máquinas despulpadoras antes de serem dispostos para secagem.

Alguns relatos de viajantes afirmam que José Vergueiro teria inventado um aparelho descascador de café que chegava a beneficiar 1000 arrobas por dia.⁶¹ Por volta de 1867, o filho do senador, José Vergueiro, procurou implantar um sistema de secagem artificial dos grãos por meio de ar quente, mas a empreitada mostrou-se demasiado custosa e ineficiente.⁶² Além disso, a casa de máquinas da fazenda possuía dois motores a vapor que, provavelmente, eram utilizados como força motriz dos despulpadores de café durante o método de via úmida. A presença dos motores pode ser comprovada pelas duas chaminés à direita (Figura 10); em fins da década de 1870, uma máquina de polir os grãos se juntou às demais.⁶³ Mesmo já utilizando o trabalho livre na propriedade, tudo indica que o processo de benefício do café era feito pelos escravos residentes na fazenda, sob estrita divisão de gênero nesse momento do processo produtivo.

A fotografia da Figura 13, provavelmente tirada entre as décadas de 1870 e 1880, traz o interior da casa de máquinas da fazenda Ibicaba durante o processo de separação dos grãos de suas cascas. Na figura, é possível visualizar nove escravas, das quais sete utilizavam uma peneira nessa fase de beneficiamento, enquanto outras duas pareciam tomar conta das crianças que brincavam ao chão, uma delas escrava. Em um segundo plano, veem-se três homens trajando roupas sociais – sendo José Vergueiro, provavelmente, o indivíduo mais à direita – próximos ao maquinário ao fundo.

A face externa desse edifício é também eloquente no tocante à organização do espaço produtivo e à conexão entre refinamento e brutalidade nas fazendas de café brasileiras do século XIX. Na imagem seguinte, tem-se a fração do terreiro localizada frontalmente à casa de máquinas, na qual escravas e crianças cativas trabalhavam aparentemente na limpeza dos grãos, novamente com peneiras. Ao fundo da imagem, dois homens de terno acompanhavam o processo de trabalho, enquanto crianças brancas brincavam e andavam de triciclo entre as trabalhadoras e seus filhos. O imponente edifício de máquinas, longe de lembrar apenas uma edificação industrial, possuía frente, porta e janelas de vidro. Estas tinham arco arredondado superior, enquanto a entrada era organizada em uma espécie de cúpula, de modo que o prédio era simétrico e de padrão neoclássico.

A fotografia da Figura 14 revela como mecanismos de *função* e *representação* caminharam juntos na fazenda cafeeira. O prédio destinado ao beneficiamento do café possuía amplitude necessária à acomodação do maquinário e às necessidades funcionais de produção; ao mesmo tempo, a arquitetura neoclássica, com acabamento em vidro e de patente refinamento, contribuiu para elevar Ibicaba ao *status* de fazenda-modelo, conferindo representação simbólica à espacialidade do processo de beneficiamento. Assim, mais do que um espaço de produção, a área da casa de máquinas funcionava também como lugar de exibição da posição social ocupada pelos proprietários na sociedade escravista brasileira.

Além do edifício, o próprio maquinário da fazenda cumpriu o duplo papel funcional e simbólico. Na Seção Agrícola do jornal *A Província de São*

61. “A fazenda foi logo substituído o carro de boi, com rodas presas ao eixo, pelo carro de eixo fixo mais leve e mais rápido. O arado foi usado pela primeira vez na cultura de café em 1847, segundo afirmativa de André Rebouças. As oficinas do Ibicaba começaram a fabricar e fornecer às outras fazendas, instrumentos agrícolas, carruagens, etc... Até um descascador de café inventado por Vergueiro lá se fez e limpava 1000 arrobas por dia. Quanto à casa de máquinas, trabalhava com dois motores a vapor, que movimentavam as máquinas de beneficiar café e oficinas e que, segundo consta, foram os primeiros que subiram a serra de Santos para serem empregados no benefício de café”. Cf. José Eduardo Hefflinger Jr.; Paulo Levy *apud* Mateus Rosada; Vladimir Benincasa; Maria Angela Bortolucci (s/d, p. 7).

62. Vergueiro (1877).

63. Ribeiro (2006, p. 46).

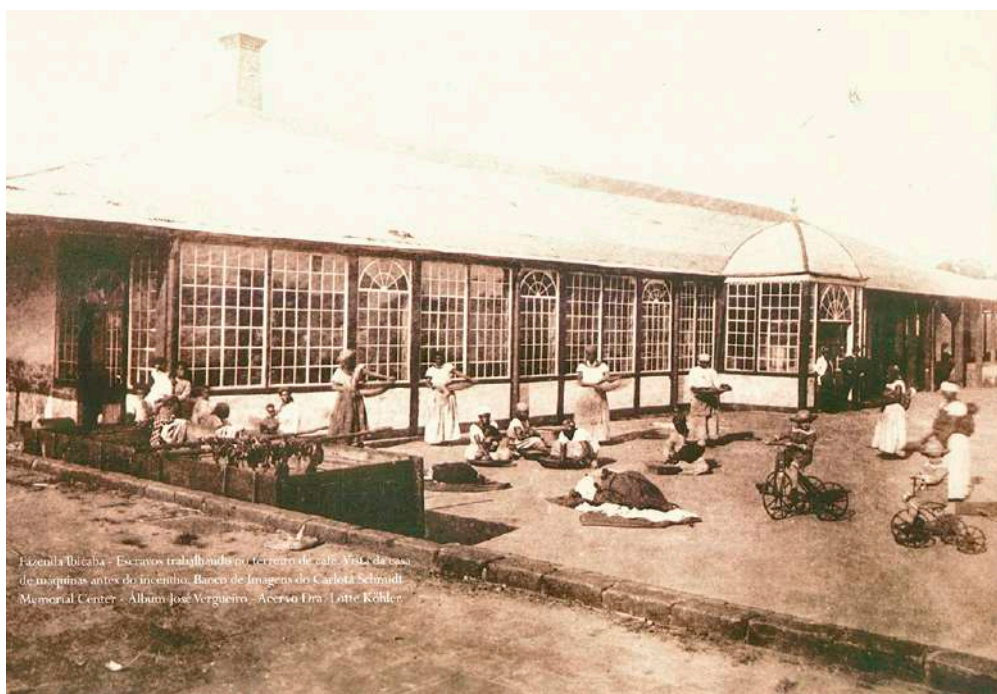


Figura 13 – Escravas na casa de máquinas. Acervo Dra. Lotte Köhler. Banco Digital do Carlota Schmidt Memorial Center. Autor desconhecido⁶⁴

64. Heflinger Jr. (2014, p. 119).

65. Heflinger Jr. (2014, p. 113).

Figura 14 – Fazenda Ibicaba: Escravos trabalhando no terreiro de café. Vista da casa de máquinas antes do incêndio. Banco de Imagens do Carlota Schmidt Memorial Center – Álbum José Vergueiro – Acervo Dra. Lotte Köhler. s/d, Autor desconhecido⁶⁵



Paulo, o inventor inglês Samuel Beaven fez uma apreciação sobre a cultura dos cereais no Brasil, incluindo desde uma avaliação do clima até a utilização de máquinas que permitissem uma melhora geral no aproveitamento agrícola do país. Ao comparar o arado utilizado nas terras da Inglaterra aos de São Paulo, Beaven diz que “para as terras dessa província seria melhor usar de um arado singelo, feito de ferro batido e aço, como há na fazenda Ibicaba”.⁶⁶ A indicação de utilização deste instrumento em outros estabelecimentos da província denota a singularidade de seu uso na fazenda de Vergueiro durante a penúltima década do século XIX. Pode-se inferir, a partir da figura 11, o grau de representação contido na escolha da disposição dos elementos da fotografia.

A tomada diagonal do terreiro tem, em primeiro plano, enxadas, pás e picaretas amontoadas umas sobre as outras e jogadas ao chão. Os escravos imediatamente atrás destes instrumentos mais rudimentares seguram os arados da fazenda, modernos em relação às técnicas de revolvimento da terra disseminadas pelo campo brasileiro à época, enquanto são observados por uma espécie de semicírculo formado por homens brancos, bem vestidos. Ao fundo, no canto nordeste da imagem, uma turma de escravos parece voltar do eito, assistida por feitores, enquanto a área superior esquerda da fotografia mostra uma fila de mulheres escravas com peneiras vazias, ao mesmo tempo em que outras cativas trabalham com suas peneiras cheias de grãos de café.

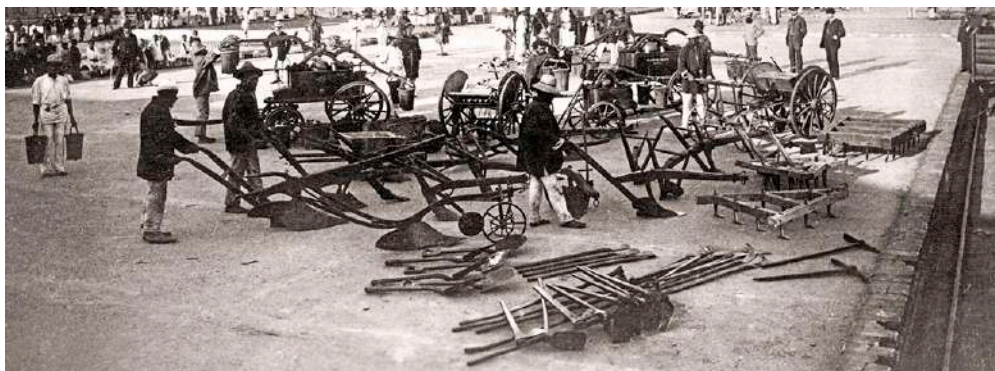


Figura 15 – Detalhe do arado, dos escravos e dos senhores observando em semicírculo. Recorte da Figura 11



Figura 16 – Detalhe da turma de escravos observada por feitores. Recorte da Figura 11



Figura 17 – Detalhe das escravas em fila. Recorte da Figura 11

67. Trechos extraídos do Redator. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 5 jan. 1882.

A fotografia parece ter sido cuidadosamente montada para que exprimisse o perfeito funcionamento da propriedade e a modernidade ímpar da qual estava imbuída. As enxadas, picaretas e pás ao chão contrastam com os arados empunhados pelos escravos, símbolos do uso dos instrumentos mais desenvolvidos para a exploração da terra de Ibicaba. Enquanto os homens de terno observam a exposição das ferramentas, a dinâmica de um dia de trabalho segue seu curso normal: os escravos chegam bem supervisionados das plantações, adentrando o espaço final de confinamento do terreiro. Lá, encontram as cativas desempenhando sua função no processo de beneficiamento do café, ordeira e tranquilamente.

É difícil estabelecer o circuito percorrido por esta fotografia no período em que foi produzida. Não existem dados sobre o autor, data precisa, tampouco se foi publicada em algum periódico ou ficou restrita à casa dos Vergueiro. Seu conteúdo, porém, parece reafirmar a visão de que o adiantamento em que se encontrava a fazenda – com plena organização do trabalho e utilização dos mais modernos maquinários – conduzia à produção de um café de qualidade *suis generis*. *A Província de São Paulo* trouxe, em sua edição de 5 de janeiro de 1882, uma breve análise das qualidades de café produzidas na Ibicaba, louvando o “cuidado que o sr. José Vergueiro emprega no benefício e na colheita do produto de sua fazenda, [que] torna-se incontestável pelo exame que se faz das amostras [de café] que nos foram oferecidas”. O redator diz ainda que “o café de Ibicaba pode concorrer vantajosamente com os melhores que aparecem nos mercados estrangeiros, tendo as procedências mais afamadas”.⁶⁷ Assim, os instrumentos de trabalho e sua representação iconográfica permitiam ganho de produtividade e maior visibilidade e valor de mercado ao café produzido na Ibicaba.

Infelizmente não há nenhuma imagem remanescente da capela original da fazenda Ibicaba, e sua estrutura física foi destruída juntamente com o casarão dos Vergueiro, no início do século XX. Os relatos dos viajantes pesquisados também não trazem nenhuma descrição da fachada ou mesmo do interior da pequena igreja existente dentro da propriedade, citando apenas sua localização próxima à casa-grande. Ainda assim, é possível extrair dos relatos algumas situações que colocam em foco a capela da fazenda, ainda que não a descrevam fisicamente, tornando possível a análise das funções desempenhadas por essa edificação e como ela se coadunava com os demais métodos de controle da escravaria.

Novamente, Carlos Perret-Gentil narra um evento ocorrido na Ilbicaba em 1851, ano em que a visitou. “Durante o tempo que eu estive na fazenda, houve uma cerimônia pelo casamento de 3 colonos, (sic) e 16 negros. O vigário de uma vila vizinha veio abençoá-los, e à noite deu-se na fazenda um baile aos colonos; foi uma festa completa. [...]”.⁶⁸ Carlota Schmidt confirma o costume de realizar os casamentos e batismos de escravos dentro da própria fazenda, provavelmente utilizando as instalações da capela para tal fim:

A festa de Ano Novo era, além de seu significado, um dia muito interessante, quando vinha o padre Júlio e rezava uma missa. Depois ele fazia o casamento dos negros, batizava as crianças e os negrinhos. Padre Júlio era um amigo fiel da família e batizou todos nós. Uma vez eu fui madrinha de uma mulatinha. Ela era filha da minha ama e sua mãe disse-me, na nossa despedida do Brasil, que mandaria a filha para a Alemanha como mucama. Mas isso nunca aconteceu. [...] ⁶⁹

Ao trazer a confirmação da união conjugal de seus escravos para dentro da capela da fazenda, Vergueiro estabelecia nova relação hierárquica com seus escravos, de cunho paternalista e mascarada pela aparência benevolente, que terminava por atar ainda mais os cativos a sua propriedade. A própria localização da capela, inserida em todo o arranjo arquitetônico voltado à vigilância da escravaria, concorria para o fato de o edifício de culto não ser tomado pelos escravos como espaço efetivo de fuga espiritual, mas sim, pelo contrário, de maior inserção no universo mental da casa-grande.

Marquese ressalta, ainda, o Vale do Paraíba, que:

[...] nessas capelas eram realizados batismos e casamentos não apenas da escravaria pertencente ao dono da fazenda, mas igualmente dos cativos de seus vizinhos. Com isso, multiplicavam-se as hierarquias: pequenos proprietários que levavam seus escravos para serem batizados em capelas de grandes fazendas/senhores que os recebiam; senhores que promoviam casamentos e batismos de seus escravos/conjunto da escravaria; os que ficavam no andar superior/os que ficavam no inferior. As capelas, enfim, não só expressavam as redes de clientelismo que cortavam de cima a baixo a sociedade escravista no Vale do Paraíba, como também funcionavam como vetores na criação de novas relações sociais, de resto algo válido para todo ambiente construído das *plantations* escravistas do Novo Mundo.⁷⁰

Assim, tem-se a conformação da dimensão do espaço material componente da espacialidade da fazenda cafeeira dos Vergueiro. A casa-grande, articulada à capela, postava-se de frente ao caminho de entrada e lateralmente às senzalas e ao terreiro. Este, centro organizador da produção, era ladeado pela já mencionada senzala, pelas tulhas, seguidas em renque pelo outro edifício de moradia escrava, e pela casa de máquinas. Circunscrevendo todo o ambiente produtivo, muros de altura próxima a 1,6m que, se não eram suficientemente altos para barrar fisicamente a fuga de algum escravo, criavam um poder simbólico que distinguia claramente o espaço externo do espaço interno, delimitando a área em que vigiam as lógicas de disciplina do trabalho.

68. Perret-Gentil (1851, p. 83).

69. Heflinger Jr.; Levy; Campos (2007, p. 37).

70. Marquese (2006, p. 41). Sobre as capelas das fazendas vale-paraibanas e do Oeste de São Paulo, ver também Vladimir Benincasa (2007, p. 51).

71. Disponível em: <<http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=galeria>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

72. Benincasa (2007, p. 236).

73. “O trabalho era anunciado ao romper d'alva pelo toque do sino que existia nesta torre, cuja cupola, por estragada, foi substituída. [...]” Djalma Forjaz (1924, p. 63).



Figura 18 – Ambiente produtivo da Ibicaba, com destaque para as senzalas e os muros. Imagem retirada do site da fazenda Ibicaba, com alterações do autor⁷¹

Articulada ao ambiente de finalidade produtiva, a torre do relógio é a componente final do espaço construído voltado ao controle da escravaria da fazenda. Em seu trabalho sobre a arquitetura rural paulista do ciclo do café, Benincasa salienta a beleza e o refinamento dessa edificação, em comparação às das fazendas do Vale do Paraíba, atuando na composição de forte “sentido de hierarquia, ordem e racionalidade do cotidiano”.⁷² Posicionada atrás da casa-grande e da senzala em renque, a torre era simultaneamente lugar de vigilância do trabalho, de controle do tempo e de simbologia senhorial. Com altura aproximada de 18m e topo que permitia circulação de 360 graus, ela possibilitava a visualização não apenas do terreiro e das senzalas, mas também dos caminhos que levavam à estrada e dos morros de café próximos à sede. Assim, um feitor postado no alto da torre era capaz de observar a formação diária dos escravos para o trabalho nas plantações, bem como supervisionar a secagem do café e identificar alguma eventual fuga pelo espaço da fazenda. Além do relógio, a torre possuía também um sino, acionado todas as manhãs para anunciar o início dos trabalhos na fazenda.⁷³

Ainda sobre as torres, Benincasa destaca o papel simbólico desempenhado pelo mirante na composição da paisagem da fazenda:

Outras edificações ocorrem, as quais, aparentemente, não possuem nenhuma finalidade no esquema de trabalho cafeeiro e, no entanto, simbolicamente tinham um papel muito importan-

te, como o dos mirantes que pontuaram várias delas, quase sempre montados em pontos estratégicos, dos quais o fazendeiro e seus visitantes podiam verificar toda a faina diária dos serviços. São dignos de nota os belos exemplares das fazendas Santa Gertrudes, no município de mesmo nome [...]; o da Ibicaba, em Cordeirópolis, junto ao qual fica o relógio [...].⁷⁴



Figura 19 – Torre do relógio com mirante. Arquivo Fotográfico Fazenda Ibicaba – Século XXI. Fotos de Alexandre Kantowitz – V.D.R. Fotografias. Acervo Carlota Schmidt Memorial Center. Fotografia cedida por José Eduardo Heflinger Jr., diretor do Carlota Schmidt Memorial Center, quando da visita do autor a Limeira em outubro de 2014.

A Figura 20 traz a face visual do controle exercido pela torre sobre os trabalhadores. A atual área gramada à esquerda compunha, no século XIX, uma extensão ladrilhada do terreiro, localizado na parte direita da imagem, ainda remanescente. A região inferior representada na fotografia, onde hoje se observa um muro, era, como visto anteriormente, um longo renque de senzalas acopladas às tulhas e ao terreiro, formadores do ambiente produtivo da fazenda. A visão, portanto, que senhores ou prepostos obtinham do alto da torre do relógio permitia amplo e pleno controle de todo o espaço de circulação da escravaria empenhada no universo do beneficiamento do café. Indo além, a visão reversa, ou seja, a imagem de um feitor ou de um membro da família Vergueiro enxergada pelos

74. Benincasa (2007, p. 327).

cativos, reafirmava a hierarquia social interna à Ibicaba – mas que também extrapolava seus limites. Assim, *ver e ser visto* formavam dois lados de uma mesma estratégia de dominação, ambos pautados pelo primado do olhar.



Figura 20 – Vista do terreiro desde a o mirante da torre do relógio. Imagem disponível o site da fazenda Ibicaba⁷⁵

Quando os protocolos de controle espacial da mobilidade escrava não eram suficientes para manter o escravo preso à propriedade, o uso da coerção física era colocado em prática. Em suas recordações, Carlota Schmidt dizia que:

Entre os negros, tinha um que sempre andava com corrente na perna e colar de ferro, como castigo para quem havia fugido. Ele sempre nos pedia, gemendo e com lágrimas, que pedíssemos ao avô para livrá-lo dos ferros, que ele nunca mais fugiria. Nós pedimos e conseguimos libertá-lo, mas, no dia seguinte, ele tinha fugido e nós ficamos muito decepcionados, mas serviu como lição.⁷⁶

75. Disponível em <<http://www.fazendaibicaba.com.br/r.php?l=galeria>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

76. Heflinger Jr.; Levy; Campos (2007, p. 31).

O relato é especialmente interessante por dois motivos. Primeiramente, ele manifesta um dos momentos de contato entre membros da casa-grande e da senzala, no qual o escravo se utiliza do pequeno acesso que tem ao espaço social senhorial para pedir a intercessão de Carlota por sua libertação das correntes. A própria descrição da situação é mediada por forte memória pessoal, atrelada à sua posição de moradora do casarão e componente do mundo dos proprietários, não dos subalternos. A expressão

“[...] mas serviu como lição” deixa claro quais eram os limites da benevolência de uma Vergueiro para com um escravo. O segundo ponto diz respeito ao evento em si: apesar de todo o cárcere doméstico ao qual estava submetido, da estrita vigilância decorrente da proximidade da casa-grande e da torre do mirante, além dos outros métodos de controle espacial descritos anteriormente, o escravo citado por Carlota em suas memórias conseguiu fugir, sendo capturado em seguida. Com isso, a administração da fazenda lançou mão de meios ainda mais restritivos à movimentação do cativo, impedindo seu deslocamento por meio de objetos atados a seu corpo. Ainda assim, o escravo encontrou uma brecha de atuação em seu contato com membros da família e fugiu novamente, desta vez, definitivamente.

Um caso curioso atesta como foram vários os meios utilizados pelos senhores para restringir a mobilidade dos escravos e como estes buscavam brechas nas mais distintas situações para burlar esse controle. Em 1865, a Vergueiro & Cia. entrou em concordata, devendo ao britânico *London and Brazilian Bank (LBB)* a quantia de 1,619.000\$ e comprometendo-se a pagá-la até setembro de 1870.⁷⁷ Como garantia de quitação, José Vergueiro ofereceu “o produto líquido das colheitas de Ibicaba, a contar deste ano [1868] por diante [...]”.⁷⁸ Vergueiro contestou os valores cobrados pelo banco, que já lhe obrigara a vender a fazenda Angélica como parte do pagamento da dívida e a tomar novos empréstimos junto ao Banco do Brasil, e pôs-se a discutir via imprensa com o representante do *LBB* no Brasil, John Beaton. A rusga se arrastou até maio de 1877 quando, no dia 30 do mesmo mês, o governo provincial enviou 50 homens da força policial para fazer valer a penhora da fazenda Ibicaba. Na edição da *Província de São Paulo*, de 5 de junho de 1877, José Vergueiro expôs sua indignação em relação à ação estatal:

Por enquanto, julgo do meu dever protestar perante o público contra o emprego aparatoso da força pública, mandada pelo governo da província, para assegurar a ficção ignóbil de penhora que realizou-se (sic) na fazenda do Ibicaba, no dia 30 de maio. Uma força de linha, composta de 50 homens, comandados por um capitão, ali se apresentou. Ignoro o fim para que foi mandada, e em trem especial, decerto para produzir maior efeito teatral. [...] *Acolhendo intrigas interessadas, deveria consultar o bom senso e reconhecer as consequências do seu cato imprudente sobre a disciplina da escravatura já abalada por sugestões dos que mostrem interesse no desaparecimento de Ibicaba; e tais consequências podem afetar a muitos estabelecimentos. O mal estar (sic) que depois dessa indiscreta proteção do governo, observe no meu estabelecimento, pode não ser um fato isolado e único; e pelos resultados faço o governo o responsável perante o público.*⁷⁹ (grifos nossos)

Afora a indignação por sofrer uma ação judicial com a qual estava em desacordo, Vergueiro demonstrou preocupação ainda maior quanto ao efeito que a entrada de pessoas estranhas na fazenda – ainda que enviadas pelo poder público – poderia ter sobre sua escravaria. Ainda que a fazenda possuísse múltiplas divisões espaciais internas, nesse caso específico, ela foi compreendida por José Vergueiro como um espaço social coeso, de lógica própria e vedada

77. A evolução dos negócios da Vergueiro & Cia. e de seu quadro financeiro ao longo do século XIX ainda não recebeu tratamento adequado dos historiadores. Entre os memorialistas que trataram do tema, José Eduardo Heflinger Jr. aponta que, após contrair financiamentos para a reforma da Estrada Vergueiro e para o próprio esforço de colonização, a Vergueiro & Cia não conseguiu arcar com as numerosas dívidas e abriu falência em maio de 1865. Credores e representantes do Governo Imperial, no entanto, teriam considerado a falência da empresa desastrosa para o mercado e, no mesmo dia em que encerraria suas atividades, os credores aceitaram o estabelecimento de um acordo com José Vergueiro. Assim, a firma decretou concordata, penhorando e hipotecando vários de seus bens, como as fazendas Ibicaba e Angélica. A administração da massa falida, no entanto, não resistiu ao golpe final da abolição, com a perda de seu capital em escravos, decretando falência em 1889. Heflinger Jr., infelizmente, cita apenas *en passant* os Autos de Execução envolvendo o *London and Brazilian Bank* e a *Vergueiro e Companhia* (executada), processo datado de 1878. A conjugação dessa documentação com os artigos de jornais do *Correio Paulistano* e da *Província de São Paulo* que trataram do tema poderia esclarecer a trajetória da Companhia fundada por Nicolau Vergueiro. José Eduardo Heflinger Jr. (2014, p. 81-82).

78. Beaton (1877, p. 2).

79. Vergueiro (1877, p. 1).

80. Agricultor (1877, p. 2).

81. Vergueiro (1877, p. 3).
Grifos nossos.

aos de fora. Perder o controle sobre o acesso de elementos externos ao espaço da fazenda equivalia a enfraquecer o domínio espacial – físico e simbólico – que a casa senhorial exercia sobre os trabalhadores, quebrando a lógica de amplo domínio interno sobre as movimentações dos cativos.

Vergueiro não foi o único a conceber a “intromissão” do poder público na propriedade como algo danoso à disciplina das senzalas. Na Seção Livre da *Província de São Paulo* de 7 de junho de 1877, um agricultor anônimo publicou um texto intitulado “Acautelemo-nos”, no qual criticava a “leviana e desassissada ostentação dos 50 praças de linha enviados a Limeira para *figurar* na questão do Ibicaba”. Segundo ele,

O sr. Presidente de S. Paulo não se lembrou que no elemento servil, mais ou menos claro, germina o pensamento de que dos ingleses lhe há de vir a emancipação. Dar 50 praças aos ingleses que demandam contra os proprietários do Ibicaba, e permitir que eles metam soldados no município, é o mesmo que agitar um facho sobre uma mina de pólvora. Depois daquela desastrada imprudência os fazendeiros de Limeira sentem que há certo calor latente *no seio do vulcão*. [...] Pouco ou quase nada conheço da matéria e justiça da causa pleiteada; o que levo em vista é apenas estranhar que o senhor presidente não tenha refletido um pouco, e pedir-lhe que para o futuro não se esqueça de que os agricultores do país vivem sobre um vulcão.⁸⁰

As preocupações não se mostraram infundadas. No dia 26 de junho, Vergueiro publicou um anúncio na *Província* no qual se comprometia a gratificar com 200\$000 a pessoa que capturasse qualquer um dos seus três escravos fugidos de sua fazenda “desde o dia 30 de Maio, dia em que ela foi invadida por 50 praças de linha, comandados por dois oficiais, do que o público já tem conhecimento”. Ao descrever os fugitivos – Miguel, José Antonio e Jesuino –, salientou as vestimentas que poderiam auxiliar na captura: Miguel “costuma andar vestido de japona de baetão azul escuro, com gola e punhos vermelhos. A roupa ordinária (se a levou) é de pano de algodão de fábrica, *com o carimbo-Ibicaba*”; José Antonio “estava vestido de roupa de algodão de fábrica *com o carimbo de ‘Ibicaba’* e camisola de baeta vermelha” e Jesuino “estava vestido de pano de algodão de fábrica, *com o carimbo de ‘Ibicaba’*, camisola de baeta vermelha e chapéu de pano”.⁸¹

A julgar pelo anúncio exposto no jornal, a “vestimenta ordinária” dos escravos da Ibicaba era composta por uma roupa de algodão de fábrica carimbada com o nome da fazenda, de maneira que os cativos de Vergueiro pudessem ser identificados facilmente quando estivessem fora dos limites da propriedade. Assim, um escravo visto durante a semana perambulando pela vizinhança e sem identificação clara em sua vestimenta poderia chamar atenção como cativo fugido, podendo ser capturado e levado de volta a seu senhor.

Marco Aurélio dos Santos, em trabalho recente sobre a geografia da escravidão em Bananal, identificou os mesmos mecanismos de controle disciplinar baseados em vestes específicas para escravos, por vezes com identificação da fazenda à qual pertenciam. A análise que fez dos processos-crime referentes ao município vale-paraibano permitiu a Santos afirmar que “a roupa utilizada pelos

escravos, associada ao lugar em que se encontravam, seria um obstáculo para suas ações de resistência porque poderia identificá-los (sic) como possíveis fugitivos”.⁸² Ainda assim, mesmo com todas as restrições de locomoção impostas pelas roupas que usavam, pela arquitetura de sua morada, pela vigilância dos feitores e pelas promessas de punição, Miguel, José Antonio e Jesuíno foram capazes de aproveitar um conflito externo ao mundo dos escravos e fugir da fazenda.

A fuga não foi, no entanto, o único meio de resistência ao regime escravocrata empreendido pelos cativos. A reapropriação dos espaços de opressão foi outro artifício desenvolvido recorrentemente pelos escravos a fim de suportarem o peso da escravidão. Como visto, o terreiro era peça central do mecanismo de controle da vida e da mão de obra escrava no microcosmo da fazenda, articulando o encarceramento ao primado da visualização plena sobre os cativos. Em outros momentos, porém, o terreiro poderia ser tomado como espaço de reprodução de práticas culturais de matriz africana, ininteligíveis aos moradores da casa-grande.

A *Classificação dos escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de Limeira (1875)*⁸³ é um dos poucos documentos disponíveis que traz um perfil da escravaria de Vergueiro. A lista não apresenta dados sobre a naturalidade dos escravos – se africanos ou brasileiros –, o que dificulta uma definição mais clara sobre a quantidade de cativos oriundos dos tráficos transatlântico e interno, bem como dos nascidos na própria fazenda. Outras informações, contudo, auxiliam nesse esforço. Dos 419 escravos arrolados na Classificação, 186 (44%) tinham idade igual ou inferior a 25 anos. Tomando como pressuposto que os Vergueiro não introduziram ilegalmente na fazenda Ibicaba nenhum escravo nos anos posteriores à Lei de 1850, que proibia definitivamente o tráfico transatlântico de cativos, todos os escravos menores de 25 anos que constam na lista eram nascidos em território brasileiro.

A proveniência dos 233 escravos maiores de 25 anos é mais difícil de ser determinada. Algumas informações, contudo, sugerem que indivíduos vindos do tráfico transatlântico também estiveram presentes nas senzalas de Ibicaba. A *Classificação* traz dados do escravo Paulo Kongo, de 78 anos, classificado como preto e casado com a escrava Felicidade, de 69 anos, também negra. A denominação “kongo” no nome, além da idade compatível com o período de intenso comércio negreiro entre os portos da África e do Brasil, sugere que o cativo Paulo chegou a Ibicaba via tráfico, trazendo consigo elementos culturais ligados à África que, quando associados à realidade das senzalas brasileiras, produziam situações como a descrita a seguir.

Ao narrar os costumes da comemoração da festa de São João que tomavam lugar na Ibicaba, Carlota Schmidt enfoca o momento em que os escravos expressavam sua celebração:

[...] À tarde se realizava a dança dos negros. No pátio dos negros, eles faziam um grande círculo; um homem batia num tambor coberto de pele e os que estavam no círculo batiam o

82. Santos (2014, p. 69).

83. Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). *Relação da classificação dos escravos do município de Limeira para serem libertados pelo fundo de emancipação*. N° de ordem E00611. 25 nov. 1875

84. Heflinger Jr.; Levy; Campos (2007, p. 58).

85. Hebe Mattos e Martha Abreu chamaram atenção ao desconhecimento e incompreensão com que viajantes estrangeiros observaram jongs e caxambus praticados por escravos das fazendas de café brasileiras do século XIX. “*Batuque* foi o termo genérico que a maioria dos viajantes utilizou para qualquer reunião de ‘pretos’. Sem dúvida, foi o nome utilizado pelos ‘de fora’”. Lara; Pacheco (2007, p. 73-76).

86. Lara; Pacheco (2007, p. 180).

compasso com palmas. No meio do círculo tinha uma dançarina e dançava grotescamente à moda selvagem. Todos que estavam nos visitando nesse tempo assistiam ao espetáculo. Também se cantava e o tambor tocava sem parar até alta noite.⁸⁴

Apenas o relato de Carlota Schmidt não é suficiente para classificar o tipo de manifestação cultural praticada pelos cativos da fazenda nos dias de festa. Por ser característica das fazendas de café do sudeste, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando a escravaria se tornava de modo paulatino majoritariamente ladina, pode-se supor que a dança observada atentamente por Carlota fosse o jongo. A própria ininteligibilidade aos membros da casa grande do significado dos batuques, das letras, das palmas e das danças praticados pelos escravos é um indício de autonomia, ainda que momentânea, e de demarcação espacial clara dos negros da fazenda.

Batuques em dias de festa dos senhores, festa dos santos, ou mesmo nos sábados à noite ou aos domingos, nos terreiros principais das fazendas, próximos das senzalas, foram as apresentações que os viajantes estrangeiros puderam ver, depois da permissão dos senhores para que fossem realizadas, especialmente nos dias de grandes festas. [...] Algumas descrições até permitem pensar que os batuques, tal como hoje, funcionavam como uma espécie de espetáculo para os visitantes. Aliás, vários espetáculos: de um *bom* senhor, nas selvagens terras de café; da escravidão, que se justificava pela domesticação daquela aparente barbárie; e do próprio escravo, que exibia sua presença e seus *divertimentos*, enquanto guardava para si os significados mais profundos daqueles cantos e danças.⁸⁵ (grifos nossos)

O jongo se caracterizava pelas mensagens cifradas trocadas entre os participantes da roda, muitas vezes utilizando termos linguísticos da África Central Ocidental. Em alguns casos, essas mensagens eram carregadas de ironia e interpretação dos acontecimentos ao redor. Stanley Stein, em ampla pesquisa sobre a escravidão no município de Vassouras, empreendida na década de 1940, foi capaz de registrar letras de jongs cantados pelos escravos no período próximo à abolição. Partindo de entrevistas com ex-escravos e seus descendentes, Stein captou versos musicados em que os negros julgavam a qualidade dos seus senhores: “Ô ô, com tanto pau no mato/Embaúba é coroné/Com tanto pau no mato, ê ê/Com tanto pau no mato/Embaúba é coroné”.⁸⁶ De acordo com o relato de ex-escravos, recolhido por Stein, as árvores de boa madeira eram símbolo de virilidade e força, utilizado recorrentemente na região centro-ocidental da África como analogia a homens valorosos. Assim, ao associarem “coroné”/coronel – título de muitos senhores de escravos do Vale do Paraíba, que faziam parte da Guarda Nacional – à embaúba, árvore de baixa qualidade e tronco podre por dentro, os escravos faziam um claro juízo de valor sobre seu dono, detentor de um *status* imerecido.

O exemplo acima, ainda que diga respeito a material recolhido no Vale do Paraíba, ilumina um dos meios de expressão e resistência escrava que esteve presente também nas fazendas do Oeste. Ao cantarem suas opiniões em

forma cifrada, codificada, os escravos criavam um espaço cognitivo impenetrável pela casa-grande, no qual imaginavam um mundo distinto do existente, pertencente a um futuro desejado, mas incerto. Certa, porém, era a expressão desse desejo no momento das rodas e batuques que, embora assistido pelos senhores (como no relato de Carlota Schmidt), era simultaneamente incompreendido por eles.

Colonos: contratar, vigiar e reprimir

A utilização da mão de obra livre na fazenda Ibicaba se iniciou alguns anos antes de 1847 e não teve como protagonistas colonos germânicos. No início da década de 1840, Nicolau Vergueiro, Senador do Império, acompanhava as discussões parlamentares sobre a questão da mão de obra no país e preocupava-se com o recrudescimento da pressão da Inglaterra pela suspensão do tráfico de escravos para o Brasil, que poderia trazer prejuízos para a lavoura brasileira como um todo e, em especial, para suas próprias possessões.⁸⁷

Em 1841, adiantando-se a um possível fechamento do comércio negreiro transatlântico, Nicolau Vergueiro financiou a viagem de 90 colonos portugueses da região do Minho, em Portugal, para trabalharem sob o regime de parceria, no qual o senador distribuía certa quantidade de cafezais a cada uma das famílias que, após amanharem e colherem os frutos, recebiam 50% dos lucros líquidos da venda dos grãos no mercado. Essa experiência com colonos portugueses foi, no entanto, bem curta. Envolvido na Revolução Liberal de 1842, Vergueiro foi preso em São Paulo e, sem os cuidados e supervisões necessárias, a primeira experiência de colonização particular do senador fracassou.⁸⁸

Findo o atrito com o Governo Central, Vergueiro voltou sua atenção novamente à experiência de colonização. Em 1846, em sociedade com seus filhos José e Luiz, fundou a Vergueiro & Cia., destinada ao financiamento da importação de estrangeiros destinados ao trabalho nas fazendas de café. Já em 1847, Vergueiro trouxe, para sua fazenda Ibicaba, 64 famílias, em sua maioria, prussianas, bávaras e renanas, que se juntaram às sete famílias portuguesas remanescentes da primeira experiência e formaram a Colônia Senador Vergueiro.⁸⁹ A partir de então, a administração da principal propriedade de Vergueiro deveria coordenar e supervisionar não apenas o trabalho dos 215 escravos lá existentes, como também o dos mais de 400 colonos estrangeiros livres.

O primeiro ponto a ser enfrentado por Vergueiro dizia respeito ao método de coerção ao trabalho que deveria ser utilizado com os trabalhadores livres. Como bem salientou Souza Martins,

[...] no regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. A condição cativa já definia a

87. A participação de Vergueiro nas discussões sobre o destino do braço escravo pode ser encontrada em Djalma Forjaz (1924).

88. Witter (1982, p. 25-26); Heflinger Jr. (2014, p. 18); Horner (2014).

89. Heflinger Jr. (2014, p. 20-23).

90. Martins (1986, p. 15).

91. Alves (2006).

92. Ziegler (1985); Wagner (1995).

93. Paulo César Gonçalves (2012) analisou os interesses por trás das companhias de navegação que arregimentavam imigrantes europeus para trabalhar no Brasil. Seu estudo se circunscreve mais ao último quartel do século XIX e à imigração italiana em especial.

modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração de seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho.⁹⁰

Assim, o estatuto jurídico dos trabalhadores estrangeiros que chegaram à Ilbicaba em 1847 impediu que todos os mecanismos de controle levados a cabo com os escravos fossem reproduzidos. Por serem homens e mulheres livres, os colonos não experimentaram as mesmas punições baseadas no chicote, no acorrentamento e na tortura temidas constantemente pelos escravos da fazenda. Mesmo as técnicas de coação dos cativos em suas moradias – se não tão explícitas quanto os castigos, de enorme brutalidade velada – não foram replicadas quando se analisa comparativamente a composição das casas dos colonos e a das senzalas. Ainda assim, os trabalhadores estrangeiros eram concebidos, tal qual os cativos, como mão de obra para a grande lavoura de café e deviam estar atados à produção e aos protocolos de controle do tempo e do espaço no microcosmo da fazenda Ilbicaba.

O processo de atrelamento dos colonos dava-se ainda na Europa, quando um agente da Firma Vergueiro procurava angariar camponeses pauperizados para o trabalho na lavoura de café. Por meio de promessas por vezes mal esclarecidas e de forte propaganda em jornais locais⁹¹ – aliadas à situação de quase penúria na qual viviam milhares de alemães e suíços em meados do século XIX⁹² – a Vergueiro e Cia conseguiu atrair famílias inteiras dispostas a arriscar a longa travessia oceânica e as incertezas de uma estadia em terras desconhecidas. As parcas perspectivas de prosperidade em suas terras natais, associadas à oferta de ganhos certos e *liberdade* para recomeçar a vida, foram as molas propulsoras desta pequena onda imigratória e da montagem da Colônia Senador Vergueiro.⁹³

Atrair estrangeiros para São Paulo, no entanto, não era suficiente. Era necessário fazer com que, ao chegarem ao Brasil, as famílias se deslocassem do porto até a fazenda e seguissem trabalhando nos cafezais por um período que compensasse os investimentos feitos por Vergueiro na migração desses trabalhadores. Diante desse quadro, o contrato de parceria firmado entre senhor e colono teve papel central: o texto obrigava que o fazendeiro arcasse com a passagem marítima da Europa até Santos. Do porto brasileiro até a fazenda, a firma Vergueiro também financiava o transporte, entregando ao colono, assim que este chegasse à Ilbicaba, uma casa e uma quantidade de pés de café condizente com a força de trabalho de sua família. Após trabalharem no amanho e na colheita dos cafeeiros, os trabalhadores receberiam metade do valor da venda do café no mercado, enquanto os outros 50% eram destinados ao fazendeiro. Todos os valores de transporte financiados pela Companhia deveriam ser ressarcidos a juros de 6% – em alguns casos, eles chegavam a 12% – ao ano, amortizáveis por meio da cessão de parte da fração da safra à qual o colono tinha direito.

A dívida contraída pelo colono, antes mesmo de chegar a por os pés na propriedade do fazendeiro, constitui a peça central de atrelamento do empregado ao empregador e, conseqüentemente, do trabalhador à produção de café. A amortização dos débitos com o patrão e a perspectiva de aquisição do próprio pedaço de terra por parte dos colonos faziam do contrato firmado entre as partes o principal elemento de fixação do imigrante à fazenda. Não obstante, sua aplicação não se restringia apenas à relação trabalhista formal, de empregado e patrão, mas a toda a estrutura de poder e administração do trabalho à qual os colonos estavam submetidos, desde o embarque nos portos europeus até o dia a dia na Ilhabela. O controle dos espaços foi, outra vez, um importante mecanismo de coerção.

Ao chegarem ao porto de Santos, as famílias eram recepcionadas pessoalmente ou por Nicolau Vergueiro, ou por seus filhos Luiz e José Vergueiro, sócios da empresa de colonização. Durante a estadia em Santos, que durava entre dois e quatro dias, os colonos ficavam instalados num amplo barracão junto ao porto, de formato quadrangular e de acesso controlado por um portão.

Outras novidades os colonos aprenderão mais tarde quando, após o desembarque, se vi-rem *trancados em um pátio enorme, cercado de um lado pelo porto, de outro por muros e casas, com portas bem aferrolhadas e guardadas por sentinelas armadas*, onde vários senhores, entre eles o Sr. Vergueiro, discutem em português – língua desconhecida para os imigrantes.⁹⁴ (grifos meus)

Pela descrição fornecida por Davatz, tratava-se muito provavelmente de um edifício articulado ao tráfico negreiro, destinado à acomodação dos escravos recém-chegados da África que aguardavam o momento de sua compra ou de transporte a algum mercado de escravos mais afastado do porto.⁹⁵ Corroborando essa suposição, tem-se que Nicolau Vergueiro não atuava apenas como importador de trabalhadores livres. Seu nome aparece no *Slave Voyages Database* como proprietário da carga de cinco navios negreiros, três deles destinados a portos do Rio de Janeiro e os outros dois, ao porto de Santos. A julgar por sua posição de contrabandista de escravos e pelo relato descritivo de Thomas Davatz sobre o pátio em que foi trancafiado ao chegar ao Brasil, conclui-se que Vergueiro hospedava as famílias colonas no mesmo espaço de acomodação no porto destinado originalmente aos escravos provenientes do tráfico transatlântico.⁹⁶ É essa experiência espacial que permite que Davatz afirme que “[...] apenas chegados ao porto de Santos, [...] os colonos já são, de certo modo, uma propriedade da firma Vergueiro”.⁹⁷

Na mesma linha, as informações que Johann Jakob von Tschudi, cônsul suíço mandado ao Brasil para averiguar as condições das colônias de parceria de São Paulo e do Rio de Janeiro, apresenta sobre a natureza dos contratos entre a Firma Vergueiro e os colonos reitera a percepção de Davatz de que os imigrantes não passavam de trabalhadores comercializáveis. Após criticar mudanças contratuais relativas a juros que deveriam ser pagos à Vergueiro & Cia, Tschudi complementa dizendo que o acordo:

94. Davatz (1980, p. 88).

95. O próprio Davatz afirma que “no pátio e no prédio era costume, ao que consta, encerrarem-se e venderem-se os escravos negros logo após sua chegada”. Davatz (1980, p. 89).

96. Informações constantes no *The Transatlantic Slave Trade Database* dão conta de que, no ano de 1842, Nicolau Vergueiro era proprietário da carga das seguintes embarcações: *Maria Segunda*, proveniente do Golfo do Benim com 788 escravos, dos quais 714 desembarcaram no porto do Rio de Janeiro; *Paquete*, também proveniente do Golfo do Benim, contendo 444 escravos, dos quais 400 chegaram vivos ao porto de Santos; e o navio *Tejo*, vindo de Quelimane (Moçambique) com 684 escravos, tendo 620 chegado ao Brasil também pelo porto de Santos. Em 1843, Vergueiro era também dono da carga do navio *Aventureiro*, procedente de Whydah (Costa do Benim), desembarcando em Campos com 107 negros, já que outros 13 pereceram durante o trajeto. Por fim, a embarcação *Virginia* saiu de Benguela em 1844 com 500 cativos, chegando a Macaé em 1844 com 450 escravos propriedades do Senador Vergueiro. A lista com estas informações pode ser encontrada no endereço eletrônico do banco de dados. Disponível em <<http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>>. Acesso em 18 jan. 2015. Davatz chega ainda a dizer que “O pátio que nos seus traços gerais descrevemos acima abrange um grande prédio sobre colunas, que serviu de albergue noturno àqueles dentre nós que ali encontramos cômodos, embora ofereça pouco agasalho contra o vento e, pelo aspecto das paredes e outros pormenores, lembre muito uma prisão brasileira”. Davatz (1980, p. 88).

97. Davatz (1980, p. 86). A historiadora suíça Béatrice Ziegler confirma o uso de espaços utilizados no tráfico de escravos para acondicionamento de colonos e realça o aspecto de supervisão existente em tal escola: "Die Unterkunft der Kolonisten in Santos befand sich in einem ehemaligen Sklavenmarktgebäude. Die Verpflegung wurde durch die Firma organisiert, weil die Verköstigung in einem Hotel oder einer Gaststätte viel zu teuer und für eine grosse Anzahl Personen nicht zu bewerkstelligen war. Ausserdem waren die Einwanderer so besser zu überwachen und an einer eventuellen Flucht zu hindern". „O alojamento dos colonos em Santos situava-se em um antigo edifício do tráfico de escravos. A alimentação era organizada pela Firma, porque a degustação em um hotel ou em um restaurante era muito cara e inviável para um grande número de pessoas. Além disso, os imigrantes eram mais bem monitorados e uma eventual fuga, evitada". Tradução livre. Ziegler (1985, p. 163).

98. Tschudi (1980, p. 135).

99. Tschudi (1980, p. 141).

100. Muitos dos colonos engajados na Alemanha e na Suíça tinham parcos conhecimentos agrícolas e eram especializados em atividades manufatureiras, atuando como ferreiros, carpinteiros, moleiros, alfaiates etc. Assim, não é improvável supor que, para muitos deles, o meio urbano de cidades como Santos, Campinas ou mesmo o Rio de Janeiro fossem mais atraentes do que as lavouras de café do Oeste de São Paulo.

Continha ainda outras cláusulas prejudiciais e altamente nocivas aos colonos. Rezava ele que cada família ficava solidariamente responsável pelas dívidas contraídas, podendo ainda o contrato feito com a firma Vergueiro & Cia. ser transferido para qualquer outro fazendeiro.⁹⁸

Algumas páginas à frente em seu relatório, o cônsul-geral suíço prossegue:

Uma curta análise dos contratos nos demonstrava quão desvantajosos eram para os colonos, mesmo quando observados estritamente pelo fazendeiro. Devo ainda acrescentar que tinha sido prometido, e nos contratos era estipulado, que as famílias procedentes de uma mesma comuna seriam mantidas sempre juntas. Mas, chegadas a Santos, o sr. José Vergueiro as distribuía por fazendas diferentes.⁹⁹

A natureza do acordo, motivada pela posição desigual entre os contratantes, dava à Firma Vergueiro poder sobre a alocação das famílias imigradas, interferindo nos espaços sociais e cognitivos delas quando, por exemplo, a Companhia optava por separar famílias advindas da mesma comuna, comungantes de valores, hábitos, dialetos e experiências próprias. Novamente, a mesma prática recorrente no tráfico de escravos se repetia no trato com colonos na chegada a Santos.

Por ser, portanto, um espaço de ampla movimentação, fluxo intenso de pessoas de várias nacionalidades e rápido acesso às cidades próximas, o porto de Santos era um lugar propício à fuga das famílias que, vislumbrando maior possibilidade de ganhos em atividades ligadas ao meio urbano, desistissem de seguir o comboio serra acima em direção a Limeira.¹⁰⁰ A manutenção dos colonos unidos num espaço restrito, controlado e supervisionado na região portuária cumpre, portanto, papel semelhante ao implementado com os escravos: evitar dispersão e fugas que impedissem o pleno aproveitamento da mão de obra trazida para o trabalho nos cafezais.

É possível estabelecer uma comparação entre o espaço portuário que acomodou o pequeno contingente de imigrantes que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1840 e 1860 e a Hospedaria do Imigrante, fundada em 1887 e destinada a acolher a robusta corrente migratória que se estabeleceu entre a Europa e o porto de Santos nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Para esse último período, um barracão – não mais um edifício ligado anteriormente ao tráfico negreiro, mas um antigo teatro – seguiu sendo o primeiro lugar com o qual os trabalhadores estrangeiros tiveram contato assim que chegaram ao Brasil.

Após passarem uma noite ou duas no barracão improvisado no porto, os imigrantes se dirigiam à hospedaria localizada no bairro do Brás, próximo a um entroncamento ferroviário. O edifício, quando sua construção foi completamente finalizada em 1888, tinha capacidade para receber 4.000 pessoas simultaneamente, mas, não raro, acomodou até 10.000 imigrantes, que dormiam amontoados em esteiras no segundo andar do prédio. No primeiro piso, além de escritório, refeitório e enfermaria, havia "uma construção à parte,

perto da entrada, [que] abrigava a repartição onde os recém-chegados se encontravam com futuros empregadores".¹⁰¹

A percepção que os trabalhadores possuíam do espaço da hospedaria permite constatar semelhanças quanto ao caráter prisional desse edifício e dos barracões de meados do século XIX. Thomas Holloway sublinha a vigilância à qual os colonos eram submetidos assim que chegavam ao prédio da hospedaria:

Vigias patrulhavam os prédios dia e noite para reduzir a incidência de roubo, e guardas nas entradas cuidavam para que ninguém saísse sem autorização e ninguém entrasse senão a serviço oficial. Imigrantes e cônsules protestaram contra o sistema de segurança, que transformava a hospedaria numa prisão, da qual só se escapava assinando um contrato para trabalhar em fazenda de café e tomando um trem para o interior.¹⁰²

Novamente, o receio quanto à evasão de trabalhadores para o mercado de trabalho urbano em detrimento do rural motivou práticas de coerção baseadas no controle dos espaços de acomodação dos imigrantes. Se o número de trabalhadores imigrados no final do século XIX era muito maior que o da primeira leva de meados daquele século, também o era a demanda por braços para a lavoura paulista, que atingia números cada vez mais expressivos à medida que o cultivo ganhava mais terras a oeste. Apenas após as reformulações pelas quais a hospedaria passou em 1906 e uma relativa estabilização entre oferta e demanda de trabalhadores para os cafezais é que "a hospedaria funcionou mais amplamente como uma agência de empregos, fornecendo trabalhadores para a zona cafeeira, além de encaminhar recém-chegados do exterior".¹⁰³

A comparação com a Hospedaria do Imigrante ajuda a iluminar a lógica subjacente à gestão do espaço no porto de Santos durante a onda imigratória de meados do século XIX. Todavia, o controle sobre os colonos não foi exercido apenas pelas características construtivas dos edifícios. Além de a estruturação do *espaço material* do porto concorrer para a restrição de movimento dos colonos desembarcados, a própria língua atuava como obstrução ao *espaço social* senhorial. As negociatas entre fazendeiros feitas em português impediam que trabalhadores de origem suíça e alemã – majoritariamente falantes de dialetos de tronco linguístico germânico – interviessem nos círculos senhoriais e fizessem valer suas posições de homens livres, ainda que de posição hierárquica desfavorável em relação aos empregadores. Assim, o domínio senhorial sobre o *espaço material* que restringia a movimentação dos colonos, articulado ao poder dos fazendeiros de vedar aos trabalhadores o acesso ao *espaço social* por meio do idioma, resultam na primeira etapa de controle sobre os imigrantes.

Após a estadia de alguns dias em Santos, os colonos seguiam para Limeira em tropas de mulas, sob supervisão de agentes de imigração ou mesmo da família Vergueiro. Ao chegarem à fazenda, cada família recebia, como rezava o contrato, uma pequena casa, sem divisões internas – a qual deveriam

101. Holloway (1984, p. 86).

102. Holloway (1984, p. 88).

103. Holloway (1984, p. 91). Sobre a constituição de um mercado de trabalho no Brasil no século XIX, ver Verena Stolcke; Michael M. Hall (1983); Alexandre de Freitas Barbosa (2008) e Nathaniel Leff (1982).

subdividir, mobiliar e manter durante o período em que lá vivessem –, formando assim uma pequena vila de vários casebres.

Instalados a cerca de um quilômetro da sede da fazenda, os casebres guardavam distância significativa do terreiro, das tulhas, da casa-grande e, principalmente, das senzalas. Algumas imagens permitem a observação do padrão de alocação da moradia dos trabalhadores livres em relação à dos cativos. Em 1850, Hercules Florence desenhou a sede da fazenda Ibicaba e seu entorno vistos do Morro Azul:



Figura 21 – Hercule Florence. Vista da Colonia Allemã, Senador Vergueiro, situada na Fazenda Ybicaba, Districto de Villa da Limeira, Prov de S. Paulo – junho 1850, 1850, nanquim e grafite sobre papel, 40,9 x 54,1 cm. Coleção Cyrillo Hércules Florence, São Paulo.

À primeira vista, a imagem apresenta, em primeiro plano, o Morro Azul, coberto por cafeeiros novos – perceptível pelo alinhamento dos pés e pela característica arbustiva em relação às demais árvores. Bem ao fundo do desenho, Florence explora as ondulações do terreno, composto majoritariamente por mata virgem, recobrando praticamente toda a área além da linha de edificações. Estas, aliás, interessam especialmente ao estudo da Colônia Senador Vergueiro.

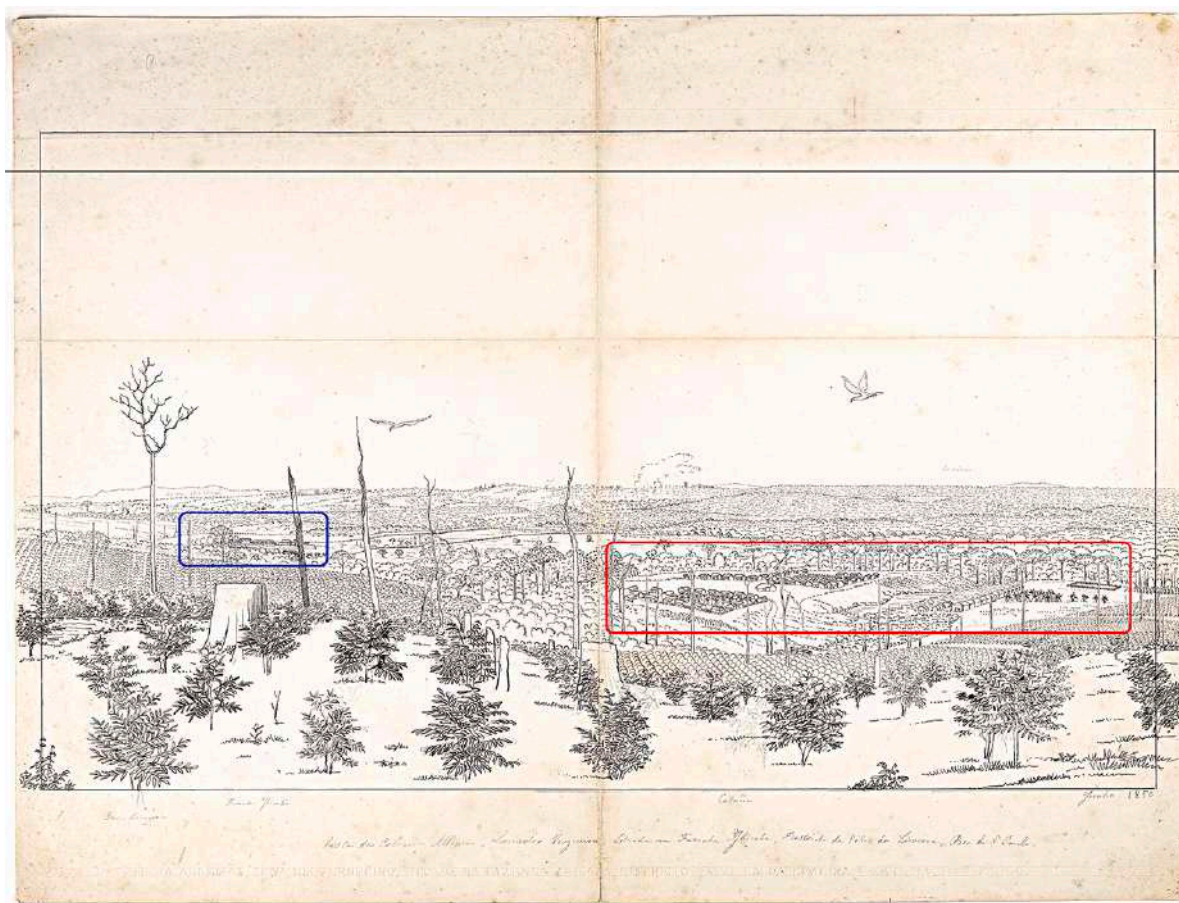


Figura 22 – Vista da fazenda Ibicaba do Morro Azul com detalhe à sede (em azul) e à colônia (em vermelho). Detalhe da Figura 21.

A ilustração de Florence é confirmada por alguns relatos da época. Carlos Perret-Gentil, que visitou a fazenda em 1851, escreveu, em suas considerações sobre a Colônia, que

A aldeia dos colonos fica arredada a $\frac{1}{4}$ de légua do corpo principal do estabelecimento e está situada sobre uma pequena eminência na fralda do Morro Azul que está inteiramente coberto de cafezais; as casas são por ora em número de 39 fabricadas todas sobre o mesmo risco, e formando várias ruas todas direitas; no centro da aldeia existe um vasto espaço de terreno destinado para algum edifício público, e um chafariz.

Distante algumas centenas de passos e sobre uma outra pequena eminência aonde chega-se passando um ribeiro que separa das duas elevações, enxerga-se o corpo prolongado das habitações que os colonos ocupavam na época da sua chegada, e aonde existem todavia alguns à espera que sejam acabadas as novas construções na aldeia.¹⁰⁴

104. Perret-Gentil (1851, p. 59). Fletcher também diz que, ao visitar a casa dos colonos germânicos na fazenda, caminhou cerca de uma milha. Ver Daniel P. Kidder; James C. Fletcher (1941, p. 121).

A imagem anterior traz em destaque a sede da fazenda (em azul) e os casebres componentes da colônia alemã e suíça (em vermelho), separados

por uma distância de aproximadamente um quilômetro. Por qual motivo a família Vergueiro teria mantido os imigrantes em regiões tão afastadas da casa-grande e das instalações de beneficiamento se, como visto em relação aos escravos, o espaço central da fazenda estava firmemente atrelado às necessidades de administração do trabalho?

Novamente, o estatuto jurídico dos colonos pode fornecer uma resposta em relação à distância que separava as edificações em questão. Toda área articulada em volta do terreiro – tulhas, casa de máquinas, torre do relógio com mirante, casa-grande etc. – era destinada ao controle do trabalho dos escravos que, não por acaso, eram confinados neste espaço de vigilância, em senzalas coladas às demais edificações. Sob essa perspectiva, a sede da fazenda era tomada como o núcleo da disciplinarização, organização, vigilância e punição de escravos, não de homens livres, sendo todos os seus instrumentos voltados à coerção desse tipo de força de trabalho. O deslocamento das casas geminadas dos colonos a uma região afastada desse espaço disciplinador parece ser fruto da intenção deliberada dos senhores de estabelecer uma cisão entre trabalhadores livres e cativos.

Como observado em relação à recepção dos colonos no porto, a percepção de que eram tratados como escravos estava balizada no modo como eram alocados espacialmente, sendo os relatos de Davatz exemplos disso. Se chegassem à fazenda e recebessem casas ao lado de senzalas cercadas por muros e fossem vigiados por feitores postados em um mirante, acordassem ao tocar do sino e tivessem seu tempo – tanto de trabalho como de descanso – ditado pelo relógio da fazenda, controlado pela família senhorial, não haveria como Vergueiro argumentar que se tratava de trabalhadores livres, já que estariam sob as mesmas condições que escravos em praticamente todos os sentidos. Assim, a divisão de espaços – tanto físicos como sociais – surge como uma divisão entre estatutos jurídicos: uns efetivamente propriedade, outros parceiros econômicos.

Além dos fatores de ordem simbólica, um elemento referente à organização e à administração do trabalho decorrente do uso de trabalhadores livres na lavoura também concorre para a separação não só das moradias de escravos e colonos, como dos próprios cafezais cultivados por uns e outros. Em recente trabalho, Luiz Aranha do Lago discute a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil e, em especial, nas regiões cafeeiras e do sul do país. Ao tratar da imigração em direção a São Paulo, destinada ao trabalho nas grandes fazendas de café do oeste da província, Lago observa uma diferença substancial entre a natureza do trabalho em turmas – comum no tocante à mão de obra escrava – e o novo modelo introduzido juntamente com a experiência da colonização.

A diferença fundamental que Lago enxerga entre um modelo de trabalho e outro – no que diz respeito a suas questões de organização do processo produtivo e não morais – está na “unidade de trabalho” de cada um

deles. Se, na escravidão, os trabalhadores eram tidos como insumos individualizados, realocáveis e passíveis de desmembramento – mesmo que para formar os ternos ou turmas no eito –, o colonato, e mesmo a parceria, funcionavam sob a lógica do trabalho circunscrito às unidades familiares, que cuidavam apenas da área designada à família, de acordo com lógicas próprias de gestão do tempo de trabalho e ócio.

[...] as famílias de imigrantes envolvidas em empreitada ou parceria tomavam as decisões quanto à alocação do seu tempo não como assalariados “puros”, mas como se fossem pequenos produtores independentes colocados diante de preços determinados para os seus produtos, ou seja, o café versus os gêneros alimentícios que também podiam cultivar.¹⁰⁵

Essa mudança fundamental de lógica de produção teve lugar na fazenda Ibicaba e em outras unidades agrícolas que, mesmo introduzindo o trabalho livre, mantiveram a escravidão simultaneamente. A necessária subdivisão dos cafezais às respectivas famílias colonas tornava imprescindível uma cisão entre os cafeeiros trabalhados por escravos em turmas e os cultivados por imigrantes em núcleos familiares. No desenho anterior de Florence, é possível supor que o imenso cafezal próximo à vila da colônia germânica fosse vedado ao trabalho dos escravos, enquanto que os cafeeiros mais próximos da sede da fazenda e, portanto, não muito distantes das senzalas, eram direcionados apenas à força de trabalho cativa. O mapa da fazenda de 1875, já exposto anteriormente, registra claramente essa divisão:

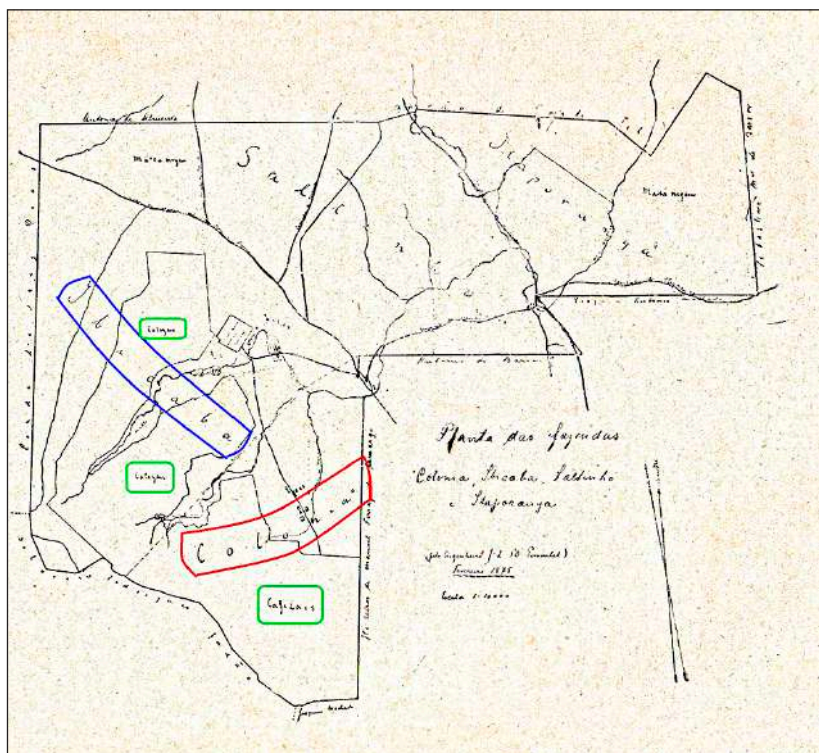


Figura 23 – Mapa das fazendas Colônia, Ibicaba, Saltinho e Itaporanga, 1875. Destaque para as áreas da Colônia (em vermelho), da sede de Ibicaba (em azul) e dos cafezais (em verde)¹⁰⁶

105. Lago (2014, p. 401).

106. Forjaz (1924, p. 35).

107. Davatz (1980, p. 257).

108. Davatz (1980, p. 95).

Como visto, o contrato de trabalho entre a Casa Vergueiro e os colonos atuava como o meio essencial pelo qual os imigrantes se viam atados à fazenda. Não obstante, é presumível que essa amarração contratual não fosse suficiente para evitar eventuais abandonos da fazenda, nem para direcionar os esforços dos colonos à cultura cafeeira e não a outras paralelas. Para atingir tal intento, os Vergueiro se utilizaram novamente do controle sobre o espaço como forma de coerção.

O parágrafo 7º do artigo 5º do contrato firmado entre colonos e Vergueiro & Cia., reproduzido por Davatz em suas memórias, institui que “os colonos terão de respeitar os regulamentos estabelecidos na colônia”,¹⁰⁷ ainda que não houvesse qualquer indicação da natureza destes inscrita no acordo. Ao descrever a situação das famílias alemãs e suíças na Ibicaba, Davatz escreve:

Outra parte do regulamento consta das limitações, por assim dizer, à liberdade pessoal dos colonos. Sem autorização por escrito do diretor, nenhum colono em dia útil pode ausentar-se da fazenda, a não ser para local muito próximo e quando a viagem – ida e volta – seja possível em um só dia. Nesse caso, costuma ser concedida uma permissão verbal e ignoro se mesmo essa permissão é considerada legal. Também é necessária a permissão verbal para receber ou hospedar um amigo, ainda quando se trate de parente próximo. E é claro que tais autorizações ficam inteiramente ao arbítrio do diretor, que as pode conceder ou recusar.¹⁰⁸

O relato de Davatz deixa clara a sensação de constrangimento da liberdade de ir e vir que as necessárias autorizações para sair da fazenda causavam aos colonos. Se, para sentir-se livre, o imigrante supunha que seu trânsito pelos locais de morada, trabalho e lazer deveria ser irrestrito, essa mobilidade colidia com a racionalização e quantificação da produção cafeeira da fazenda, plenamente funcional ao se tratar do trabalho escravo. Considerando que a casa-grande controlava o horário em que os escravos acordavam, a alocação das turmas no eito, o tempo disponível para refeição e o retorno às senzalas – sempre sob supervisão –, é de se supor que a quantidade de cafeeiros capinados e de café colhido fosse mais facilmente mensurável. Sem poder fazer o mesmo com os colonos, livres juridicamente, o regulamento da fazenda, que impedia o livre trânsito desses trabalhadores, buscava minimizar a perda de tempo de trabalho e maximizar a produção.

Béatrice Ziegler afirma que o regimento interno da colônia, articulado aos contratos firmados com os imigrantes, cumpriu dois papéis. Por um lado, ele garantia a ordem e as regras que deveriam ser seguidas dentro do espaço da fazenda, além de regulamentar as relações entre os próprios colonos; por outro, o regimento foi mais um instrumento que buscava fortalecer o controle sobre os trabalhadores imigrantes, inclusive impedindo eventuais fugas, que não apenas trariam prejuízos financeiros aos senhores, como também levariam desordem ao empreendimento dos Vergueiro. Ziegler cita como exemplo a necessidade de “passes” fornecidos pelos diretores da colônia para que os imigrantes pudessem visitar algum conhecido na vizinhança ou fossem a alguma cidade próxima, corroborando, assim, o relato de Davatz:

Die Einschränkung der Bewegungsfreiheit wurden von den Kolonisten als solche erkannt und abgelehnt. Die Verpflichtung einen „Passierschein“ von der Koloniedirektion zu beziehen, wenn sie eine andere Kolonie besuchen oder in die benachbarte Stadt gehen wollten, empfanden die Kolonisten als Schikane. Manche weigerten sich denn auch, sich nach dem Koloniereglement zu richten.¹⁰⁹

Ziegler cita ainda um caso em que, mesmo tendo seu passe negado pelo diretor Jonas, um colono de Ibicaba foi visitar um amigo em uma fazenda vizinha às escondidas. Outros relatos de época realçam o controle do ir e vir dos imigrantes exercido pela Casa Vergueiro. Carlos Perret-Gentil, cônsul suíço e amigo de Nicolau Vergueiro, fundador de uma colônia de parceria em Superagüi,¹¹⁰ observou as condições de vida e trabalho na fazenda Ibicaba em 1851, além de opinar sobre algumas questões. Sobre os colonos, escreveu que “têm pouca comunicação com povoações vizinhas aonde são muito considerados, e gozam de plena confiança, nos tratos que podem ter com eles”.¹¹¹ Adiante, justifica o porquê da necessidade de os colonos acharem tudo o que precisam – sejam mantimentos, remédios, madeira etc. – dentro dos limites da propriedade de Vergueiro:

É indispensável que os colonos achem no centro da colônia tudo quanto lhe ocorre para as precisões da vida, *para evitar que andem a procura-lo por fora, pela razão que além de perda de tempo, e da facilidade de tornarem devassos poderiam contrair dívidas exteriormente*, que mais cedo ou mais tarde devendo ser pagas podiam influir negativamente sobre a moralidade dos colonos e concorrer a destruir completamente sua prosperidade.¹¹²

Ao constatar a pouca comunicação existente entre os colonos da fazenda e os povoados vizinhos, Perret-Gentil parece confirmar o que Davatz escreverá seis anos mais tarde sobre a necessidade de permissões – verbais ou por escrito – para que um colono se ausentasse da fazenda. Além disso, louvando a autossuficiência da propriedade por facilitar a permanência dos colonos dentro dos limites da Ibicaba, Perret-Gentil evoca a perda de tempo que saídas desnecessárias provocariam, bem como a possibilidade de os trabalhadores se verem atados por dívidas a outros fazendeiros ou comerciantes, destruindo sua prosperidade que, neste caso, significava trabalho árduo nos cafezais e amortização da dívida com a Vergueiro & Cia. A frase seguinte de Davatz retrata a sensação de cerceamento de liberdade experimentada por seus conterrâneos: “Seja como for, só essa obrigação de solicitar licença por escrito para se poder ir aonde quer que seja é coisa inaudita”.¹¹³

Vergueiro se utilizava ainda de outros meios para interditar o vaivém dos colonos por propriedades vizinhas ou pelas cidadezinhas próximas. Johann Tschudi relatou com revolta o fato de a Casa Vergueiro imprimir moeda própria na fazenda Ibicaba e pagar os colonos com esse dinheiro de circulação restrita. Nas palavras de Tschudi:

109. Ziegler (1985); Wagner (1995, p. 231). “A restrição da liberdade de movimentação foi percebida e rejeitada pelos colonos como tal. A obrigação de solicitar ‘vales’ para a direção da colônia quando queriam visitar outra colônia ou irem a uma cidade vizinha foi vista pelos colonos como uma chicana/artimanha. Alguns, inclusive, se recusaram a orientar-se pelo regulamento da colônia”. Tradução livre.

110. Sobre a vida de Perret-Gentil, seu interesse nas colônias de parceria e sua experiência em Superagüi, ver Caiubi Martins Dysarz (2013).

111. Perret-Gentil (1851, p. 63).

112. Perret-Gentil (1851, p. 90). Grifos nossos.

113. Davatz (1980, p. 95). Davatz dá alguns exemplos sobre as restrições impingidas aos colonos no tocante ao ir e vir: “Em outra colônia ocorreu, segundo consta, o seguinte fato: alguns colonos que tinham seu café e suas roças em ordem, pretenderam fazer certos serviços no sítio de um proprietário das vizinhanças de modo a ganharem algum dinheiro extraordinário. E no entanto esse intento, certamente razoável, esbarrou em uma negativa terminante. Na mesma colônia também se pretendeu, em dado momento, não permitir a um pai que fosse visitar a filha, residente em outro local, e o diretor ameaçou de morte a uma senhora caso realizasse o intento de procurar-me a fim de se aconselhar sobre questões de família”. Davatz (1980, p. 96).

114. Tschudi (1980, p. 80). Os eventuais pagamentos monetários feitos a escravos seguiam a mesma lógica de restrição de movimento.

115. Davatz (1980, p. 107). Davatz diz ainda que “levando consigo a caderneta das contas o colono dirige-se ao diretor e pede-lhe aquilo de que necessita. O diretor enche uma folha litografada com os nomes de diversas mercadorias, conforme o desejo dos colonos, quando os aprove, e inscreve o montante em dinheiro dos gêneros solicitados, no lado esquerdo da folha do caderno de contas. A seguir, dirige-se o colono à sede da fazenda e recebe mediante apresentação da folha, as mercadorias pedidas e registradas”. Davatz (1980, p. 100).

116. As demandas dos colonos podem ser encontradas no anexo 8º de Thomas Davatz (1980, p. 271-277).

Vergueiro chegou ao cúmulo de mandar imprimir moeda papel em forma de notas de banco, para com tal moeda pagar os colonos. Tenho em mãos a nota nº 836, no valor de 1 mil réis. Mas Vergueiro fez também imprimir notas de 2 e de 5 mil réis. Fazia por este meio circular dinheiro que de fato não possuía, resgatando-o quando lhe entrava algum numerário. Mas os colonos eram obrigados a pagar-lhe juros sobre este dinheiro fictício! Nestas notas ilegais lê-se que elas podem ser resgatadas na Fazenda de Ibicaba, mas isto só se deu quando havia dinheiro na fazenda. Lê-se igualmente que o sr. Justino Franco em Limeira e o sr. Lima em Rio Claro, pagariam o valor desta nota em moeda legal. Estes dois homens são pequenos proprietários de venda e quando um colono os procurava para trocar uma dessas notas em dinheiro corrente eles se recusavam. O colono era, pois, forçado a comprar alguma coisa, para receber o troco em moeda corrente. Como não havia outro comerciante na região que aceitasse este dinheiro, os colonos eram obrigados a comprar nas vendas dos dois acima citados, para assim conseguir trocar, pelo menos em parte, esses valores em moeda legal, embora lhes fosse muito mais vantajoso adquirir as mercadorias necessárias em outras casas.¹¹⁴

Afora os prejuízos monetários sofridos pelos colonos que, além de obrigados a comprar mercadorias em lugares mais caros, eram também forçados a adquirir algum produto para trocar suas notas por mil-réis, o uso desse expediente por Vergueiro traz ainda implicações sobre os limites de locomoção dos colonos. Ao pagar os proventos dos imigrantes em moedas aceitas apenas em dois estabelecimentos e na própria fazenda, a Casa Vergueiro controlava os possíveis deslocamentos dos trabalhadores fora da propriedade. Caso um colono precisasse de algum produto e não quisesse adquiri-lo no mercado interno à Ibicaba, aquele teria que buscá-lo nos armazéns do senhor Justino, em Limeira, e do senhor Lima, em Rio Claro, percorrendo trajetos de pleno conhecimento de Vergueiro.

Ainda em relação à aquisição de produtos, Davatz destaca, em suas memórias, o impedimento existente à entrada de mercadores na propriedade e como essa restrição atava os colonos ainda mais aos patrões e à própria fazenda:

É significativo que o Sr. Luiz Vergueiro, segundo garantiram positivamente várias pessoas, começou em certo momento a comprar dos sítiantes que vinham vender suas mercadorias aos colonos, por exemplo farinha, arroz, etc. – ou a proibí-lhes a entrada na fazenda. O solo é propriedade do patrão e os moradores o são de certo modo: os fatos mencionados, além de muitos outros, põem isso em evidências.¹¹⁵

Essa sensação de se sentirem propriedade da Vergueiro & Cia., como salientado no trecho anterior por Davatz e fortemente ligada às restrições à livre locomoção, deu margem ao movimento reivindicatório que culminou na Revolta dos Parceiros, no Natal de 1856. Em que pese que as demandas estavam muito ligadas a desentendimentos quanto à pesagem do café, ao câmbio do franco suíço, à inflação de preços praticada na Ibicaba etc.,¹¹⁶ todas elas concorriam para o sentimento de encarceramento e controle que a sede da fazenda exercia sobre a colônia. Além disso, sob vários aspectos, o desenrolar do evento revoltoso externou elementos ligados à noção de espacialidade.

Tendo emigrado com a incumbência delegada pelos cantões suíços de relatar a real situação vivida pelos colonos daquele país na zona cafeeira de São Paulo, principalmente da fazenda-modelo Ibicaba,¹¹⁷ Davatz foi bem recebido pela família Vergueiro assim que chegou ao Brasil, em 1855, e ocupou na colônia a função de mestre-escola, profissão já exercida no país natal. Atinado ao estado da colônia e dos conflitos existentes entre trabalhadores e empregadores – desde as reclamações em relação ao preço do café vendido em Santos e ao valor pago aos colonos na fazenda, até as dúvidas quanto à equivalência de três alqueires para uma arroba de café –, Davatz pôs-se a relatar o que via e buscar soluções diplomáticas junto aos governos brasileiro e suíço.

Muitas das cartas enviadas pelo mestre-escola e por outros colonos da fazenda, contudo, nunca chegaram ao seu destino. A fim de impedir descrições negativas do tratamento dado aos colonos ou mesmo de relatos que desencorajassem a imigração para o Brasil, os Vergueiro violavam as cartas que saíam da colônia e extraviavam as de conteúdo suspeito. O mesmo ocorria com a correspondência que chegava à fazenda, que era analisada previamente pela diretoria da colônia, impedindo a livre comunicação entre indivíduos do interior e do exterior da Ibicaba.¹¹⁸ Esse procedimento em relação às cartas demonstra o processo de blindagem da fazenda empreendido por seus donos, que criava uma barreira que impedia não apenas o livre fluxo de pessoas, mas também o de informação.

A mesma intervenção senhorial sobre a liberdade dos colonos também pode ser observada nos aspectos concernentes à religião. José Sebastião Witter publicou, nos anexos de seu livro *Ibicaba, uma experiência pioneira*, um “Mapa dos colonos da Colônia Senador Vergueiro – Ibicaba”,¹¹⁹ no qual consta uma tabela com informações de 172 famílias relativas à data de chegada à colônia, naturalidade, sexo, religião e idade. Especificamente em relação às práticas religiosas, dos 771 colonos arrolados nessa lista, 536 foram designados como católicos e 232 como protestantes, perfazendo uma porcentagem de 69,5% e 30%, respectivamente.¹²⁰ Curiosa, no entanto, é a observação quanto à religião apontada aos 137 colonos nascidos na Colônia Senador Vergueiro: 135 (ou 98,5%) deles foram classificados como católicos. Restringindo ainda mais o quadro, dos 55 colonos nascidos em Ibicaba e filhos de pai e/ou mãe protestantes, apenas 2 (3,6%) deles também foram designados como comungantes da mesma fé de seus pais, enquanto os outros 53 (96,4%) foram batizados segundo a religião oficial do Império do Brasil.

É difícil estabelecer uma relação direta entre a ingerência da Casa Vergueiro sobre os assuntos particulares dos colonos e a elevadíssima taxa de conversão ao catolicismo de crianças nascidas na fazenda Ibicaba. Mesmo questões de ordem prática podem ter levado a esse quadro: o casamento civil em meados do século XIX ainda não existia no Brasil, e todos os matrimônios, para que fossem reconhecidos social e legalmente, deveriam ser realizados na Igreja Católica, local e momento em que os noivos juravam criar seus filhos

117. Carta enviada por Davatz ao senhor Keller Lutz & Comp. em 20 de outubro de 1855. Heflinger Jr. (2014, p. 43).

118. Davatz, em diversas passagens de seu relato, cita cartas das quais nunca obteve resposta e violações da correspondência da qual era destinatário. Corroborando essa prática, as cartas que chegaram às famílias suíças e alemãs são, em sua imensa maioria, laudatórias em relação à Casa Vergueiro. Alves (2006).

119. Witter (1982).

120. Três nomes arrolados não apresentam informação sobre religião, o que explica por que a soma das porcentagens não atinge 100%.

pautados nas crenças do catolicismo. Os cemitérios públicos foram outro espaço cerrado aos crentes de religiões diversas, fazendo com que os colonos protestantes enterrassem seus mortos, no melhor dos casos e com permissão do senhor, em um cemitério próprio dentro da colônia.¹²¹

Os registros católicos podem, assim, ser vistos de duas maneiras: como forte pressão senhorial sobre a liberdade de culto dos colonos, que incentivava o batismo na Igreja Católica ao dificultar o exercício do protestantismo; ou como uma estratégia, por parte dos imigrantes, para serem reconhecidos legalmente como casados e para usufruírem das vantagens que a (suposta) crença no catolicismo permitia, como o acesso aos cemitérios públicos. Em qualquer um dos casos, o ato de imigrar e a moradia na fazenda trouxeram consigo uma intromissão nos espaços cognitivos dos colonos protestantes e uma barreira à entrada em determinados espaços sociais.

O evento que ficou conhecido como a Revolta dos Parceiros mostra o ápice do controle que a casa senhorial exercia sobre os trabalhadores e, ao mesmo tempo, apresenta um momento de possibilidade de subversão do espaço social do casarão. Após interceptações de cartas, desconfianças quanto aos relatórios escritos e preocupação sobre sua influência sobre os demais colonos, Davatz foi chamado por Nicolau Vergueiro para uma reunião na sede da fazenda Ibicaba em 24 de dezembro de 1856, na qual seria tratada a questão das queixas dos trabalhadores suíços e turingios quanto ao sistema de parceria. Além do senador, estiveram presentes seu filho Luiz, o diretor Jonas, o professor Alscher e o médico da família, Dr. Gattiker, além, é claro, de Thomas Davatz, único dos colonos que teve acesso requisitado e permitido ao casarão.

Em meio à intensa discussão entremeada por trechos em português e alemão, dois colonos postaram-se próximos à escadaria externa para escutarem o que se passava, já que estranharam o fato de Davatz ter entrado na casa dos Vergueiro em companhia de Jonas, diretor da colônia. Alegando terem ouvido ameaças à integridade de Davatz, os dois homens mandaram um garoto à colônia em busca de ajuda, enquanto continuavam a acompanhar o desenrolar dos fatos. Dentro da casa, o mestre-escola seguia contrapondo-se às argumentações dos senhores e seus prepostos quanto à normalidade do peso e do preço do café vendido e à falta de necessidade de qualquer sindicância externa na fazenda e que era, segundo Davatz, da vontade dos colonos.

Aproveitando-se de uma distração de seus oponentes e contando com a ajuda do Dr. Gattiker, Davatz escapou da sala da casa-grande e encontrou ao pé da porta os dois colonos que acompanhavam a discussão. Voltando com os dois conhecidos para suas respectivas casas, arredadas cerca de um quilômetro da sede da fazenda, Davatz relata uma surpresa:

Apenas tínhamos dado uns cem passos e surgiram à nossa frente três suíços e turingios, inclusive diversas mulheres, em sua maioria armadas de cacetes, foices, ancinhos, pistolas, espingardas, pedaços de pau, todos enfurecidos e prontos para arrasar a fazenda e exercer terrí-

vel vingança sobre os patrões. Tudo porque alguns ouviram dizer que eu ia ser preso na fazenda ou que me tinham apontado ao peito uma pistola, ou que... O pedido de socorro levado pelo menino à colônia circulou de boca em boca com a rapidez de um raio. E aqueles boatos não se fizeram esperar naturalmente.¹²²

A ida de Davatz ao espaço hostil que a casa-grande representava aos colonos alarmou dois deles, que imediatamente clamaram por ajuda. Pela descrição que fez o mestre-escola dos conterrâneos que iam a seu encontro para salvá-lo, a lógica social que envolvia o espaço do casarão seria completamente subvertida. O local de vivenda, administração e socialização dos Vergueiro, representado pela casa-grande e vedado aos colonos, teria sido literalmente invadido pelos trabalhadores estrangeiros caso Davatz não os tivesse contido e acalmado a situação. O evento foi uma demonstração de que, assim como no caso dos escravos, as técnicas de comando senhorial pautadas no controle dos espaços dos colonos possuíam falhas e davam margem à reação e à subversão.

Considerações finais

Esta *revisita* à Ibicaba procurou inserir o desenvolvimento da fazenda no processo de rearticulação econômica da capitania (posteriormente província) de São Paulo entre os séculos XVIII e XIX, motivada por alterações de vulto ocorridas na Economia-mundo capitalista. Pela perspectiva metodológica, a propriedade da família Vergueiro foi revisitada com foco em sua organização espacial, de modo a extrair dela aspectos ligados à gestão do trabalho e da paisagem, que visavam fins funcionais e simbólicos.

Os resultados obtidos foram eloquentes. No que tange ao controle do trabalho escravo, Vergueiro reproduziu, com poucas alterações, a organização do espaço material implantada nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba durante as primeiras décadas do século XIX. O modelo de plantio alinhado verticalmente dos cafezais, a conjugação de senzala e casa-grande – articuladas ao terreiro –, bem como a circunscrição do espaço de beneficiamento por muros foram elementos característicos da gestão vale-paraibana do espaço produtivo das fazendas de café, também utilizados em Ibicaba. Ainda, práticas de cerceamento da movimentação dos cativos, como o uso de roupas de algodão com identificação da propriedade à qual pertenciam, foram padrão comum à gestão do trabalho escravo no Vale do Paraíba e no Oeste de São Paulo.

No tocante à relação estabelecida entre a Casa Vergueiro e os colonos estrangeiros, também foram constatadas práticas de restrição à mobilidade dos trabalhadores, indo desde a necessidade de permissão por escrito para sair da fazenda, até interceptação de cartas com destinatários nos países europeus. Mesmo práticas utilizadas no controle dos escravos, como o pagamento em moeda de circulação limitada e acomodação em barracões vigiados no momento de

chegada ao porto de Santos, foram correntes também com os colonos. Assim, o controle pautado na espacialidade fez-se presente com todos os trabalhadores da fazenda Ibicaba, livres e escravizados, ao longo do século XIX.

A análise da documentação consultada também trouxe à tona as estratégias utilizadas pelos subalternos para burlarem o controle sobre sua mobilidade, muitas delas baseadas na concepção de espaços cognitivos paralelos aos espaços materiais e sociais dados. As rodas de jongo dos escravos não apenas invocavam lugares alheios à realidade cotidiana, como também ressignificavam o espaço de opressão expresso no terreiro. Mesmo as fugas da fazenda demonstraram que, ainda que ferrenho, o controle por vezes falhava.

Em relação aos colonos, o episódio da Revolta dos Parceiros representou o ápice da insatisfação dos trabalhadores e uma quase subversão dos espaços sociais estabelecidos. Por instantes, a casa-grande dos Vergueiro – lugar vedado aos colonos da lavoura – não foi tomada pelos imigrantes armados, causando uma completa subversão da organização espacial constituída. Já no aspecto cotidiano, a desobediência quanto à solicitação de passes para deixar a fazenda e as estratégias de Davatz para fazer com que suas cartas chegassem às autoridades expressam o quanto os trabalhadores livres da fazenda também envidaram esforços para contornar a vigilância sobre sua mobilidade.

Ao longo do texto, buscou-se enfatizar a importância do espaço enquanto dimensão fundamental da realidade vivida pelos atores em jogo. Ao se optar por um instrumental metodológico que enfoca o papel do espaço – múltiplo, mutável, manipulável, mas nunca inteiramente controlável – sobre a agência humana, é possível chegar um pouco mais próximo das possibilidades abertas e das restrições impostas aos homens e mulheres viventes dessa realidade de meados do século XIX. Como exposto na epígrafe desse texto, “o espaço [...] revela forças que geralmente se julgam privilégio do tempo”. Em suma, espera-se que o artigo tenha cumprido seus objetivos de iluminar a dinâmica de uma importante fazenda cafeeira do Oeste de São Paulo durante a segunda metade do século XIX — atentando para as conexões de sua trajetória com as transformações sofridas pela Economia mundial — e de compreender a especificidade do controle sobre a mão de obra imigrante e livre, novidade no meio rural brasileiro em meados daquele século e de suma importância para o devir das relações entre capital e trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). *Relação da classificação dos escravos do município de Limeira para serem libertados pelo fundo de emancipação*. Nº de ordem E00611. 25 nov. 1875.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). *Listas nominativas/maços de população – Piracicaba (1820-1828)*. Microfilme nº 07.04.163.

Coleção Cyrillo Hercules Florence, São Paulo.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALVES, Débora Bendocchi. *Colhedores de café*. Cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 1997.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BARROS DE CASTRO, Antonio. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 2v.

BENINCASA, Vladimir. *Fazenda paulista. Arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese de Doutorado em Arquitetura. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, 2007.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial. 1711-1765*. São Paulo: Alameda, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 3 v.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/1767. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (4), out./dez. 1972, p. 95-123.

CARVALHO, Diego Francisco de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. *Revista Histórica*. São Paulo, nº 27, nov. 2007.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.

DYSARZ, Caiubi Martins. *Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná no século XIX*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2013.

FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1859)*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924.

FRANÇOIA, Juarez. *Senhores de escravos: trajetórias, disputas e solidariedade no Oeste Paulista, 1845-1880*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços*. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

HEFLINGER JR., José Eduardo. *O sistema de parceria e a imigração europeia*. Limeira: Unigráfica, 2014.

HEFLINGER JR., José Eduardo; LEVY, Paulo Massuti; CAMPOS; Rommel Siqueira. *Recordações de infância de Carlota Schmidt no Ibicaba*. Limeira, SP: Empório do Livro, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886- 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖRNER, Erik. *Até os limites da política*. A Revolução Liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. São Paulo: Alameda, 2014.

KLEIN, Herbert H; LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

KOSSOY, Boris. Hercules Florence. 1833: a descoberta isolada da Fotografia no Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*. Estrutura e mudança econômica, 1822-1947, vol. I. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, nº 07, maio 2008.

_____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*. 18(1): 83-128, jan-jun. 2010.

_____. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jul./dez. 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial*. 1790-1970. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MELO, Evando Vieira de. *O açúcar no vale do café*. Engenho central de Lorena, 1881-1901. São Paulo: Alameda, 2013.

MENDES, Denise. São Paulo no século XVIII e a Calçada do Lorena – Um Caminho de Tropeiros na Serra do Mar. In: DEAECTO, Maria Midori et. al (org.). *São Paulo: espaço e história*. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista. São Paulo: Alameda, 2012.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, volume 14, nº 1, p. 121-165, jan/jun. 2006.

ROSADA, Mateus; BENINCASA, Vladimir; BORTOLUCCI, Maria Angela. *Ibicaba, uma fazenda de café modelo*. s/d, Texto inédito.

SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011.

WAGNER, Reinhardt W. *Deutsche als Ersatz für Sklaven*. Arbeitsmigranten aus Deutschland in der brasilianischen Provinz São Paulo. 1847-1914. Frankfurt am Main: Vervuert, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: Capitalist Agriculture and the Origins of European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press Inc., 1974.

WITTER, José Sebastião. Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 50, 1974.

_____. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

_____. *A Revolta dos Parceiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. Ibicaba revisitada. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: ABPHE, 1996.

ZIEGLER, Béatrice. *Schweizer statt Sklaven*. Schweizerische Auswanderer in den Kaffee-Plantagen von São Paulo (1852-1866). Stuttgart: Steiner Verlag Wiesbaden, 1985.

FONTES IMPRESSAS

A Província de São Paulo. São Paulo, 30 jan. 1876, Seção Livre.

_____. São Paulo, 5 jan. 1882.

AGRICULTOR. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 7 jun. 1877.

BEATON, John. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 9 maio. 1877.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825-1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *O Brasil e os brasileiros*. 2 vs. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

LAERNE, Karel Frederike van Delden. *Brazil and Java: Report on Coffee-Culture in America, Asia, and Africa*. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885.

PERRET-GENTIL, Carlos. *A colonia Senador Vergueiro: considerações*. Santos: Tipografia de F. M. R. de Almeida, 1851.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

VERGUEIRO, José. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 26 jun. 1877.

_____. *A Província de São Paulo*. São Paulo, 5 jun. 1877.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Eduardo da Silva (org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1ªed., 1847. 1985.

Artigo apresentado em 17/08/2016. Aprovado em 10/01/2017.